

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

**ORGANIZADOR CURRICULAR
TRIMESTRAL**

EDUCAÇÃO FÍSICA
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



CRÉDITOS

Secretária de Desenvolvimento da Educação

Ana Lúcia Barbosa dos Santos Paes de Souza

Gerente Geral de Anos Finais do Ensino Fundamental

Eduardo de Santana Romão Andrade

Gestora de Anos Finais do Ensino Fundamental

Thais Maria Cecília da Paz

Chefe de Unidade de Formação e Currículo

José Wilson Pereira

Chefe de Unidade de Educação Integral

Patrícia Morgana Andrade de Santana

Chefe de Unidade de Gestão das Aprendizagens

Luiz Augusto de Almeida Mascarenhas Leite

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

MATEMÁTICA

Jaelson Dantas
Eber Gustavo
José Wilson
Adalberto Teles
Luiz Leite
Almir Serpa
Marivânia Aragão

LÍNGUA PORTUGUESA

Wanda Cardoso
Samule Lira
Robson Anselmo
Cristiane Cavalcante
Luciana Fernandes
Eduardo Andrade
Thais Cecília

GEOGRAFIA

Carlos Avelar
Sônia Magali

EDUCAÇÃO FÍSICA

Júlio Rodrigues
Fabiola Oliveira
Patrícia Morgana

LÍNGUA INGLESA

Raquel Freitas
Jamesson Marcelino

ARTE

Anderson Leone
Adriana Freitas

CIÊNCIAS

Jacineide Arcanjo
Sandra Vasconcelos
Rosinete Salviano

HISTÓRIA

Maria Lúcia

ENSINO RELIGIOSO

Robson Anselmo
Evaldo Dantas

DIAGRAMAÇÃO

José Wilson Pereira

Estagiários: Mariana Maia Oliveira Guedes

Pedro Henrique Francisco do Nascimento

Ellana Sophia da Silva Moreira

Ingrid Thainá Santos da Silva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO.....	7
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO.....	10
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	12
1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	14
1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	15
1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS.....	17
1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	21
1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM.....	24
1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO.....	27
1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	42
2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES.....	42
2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.....	43
2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
3. EDUCAÇÃO FÍSICA.....	50
3.1. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS.....	54
3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	55
ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE.....	59
REFERÊNCIAS.....	81
FICHA TÉCNICA.....	84

APRESENTAÇÃO

Olá, Professor(a)!

O presente documento tem por objetivo dinamizar o acesso ao conteúdo do Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental (CPE-EF), no sentido de facilitar seu acesso diante das demandas cotidianas e inerentes à prática pedagógica da/ na Educação Básica. Sendo assim, sua elaboração leva em conta a função norteadora desempenhada pelo CPE-EF em sua relação com seu manuseio facilitado em termos de agilidade e de correlação com as realidades constituintes de cada contexto escolar e dos saberes a serem ensinados e aprendidos nas aulas de cada Componente Curricular devidamente situados em suas respectivas Áreas do Conhecimento Escolar.

A necessidade de compartimentalizar CPE-EF por componente curricular surge para facilitar a rotina pedagógica do professor no acesso ao CPE-EF de seu componente curricular em sua área específica do conhecimento. No entanto, essa divisão mantém as diretrizes e pressupostos norteadores da construção do CPE-EF em correlação às especificidades do Ensino Fundamental, bem como a caracterização e a delimitação específica e particularizada de cada Área do Conhecimento Escolar em razão dos Componentes Curriculares que as constituem, sem que se perca o caráter de unicidade inerente ao documento original.

Dessa forma, ficam mantidos todos os princípios norteadores do CPE-EF: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão, garantindo um processo de ensino e aprendizagem democrático, voltado para a construção de uma educação de qualidade, comprometida com a justiça e a inclusão, mantendo o diálogo como importante ato na busca do conhecimento de todos que constroem o processo educativo no seu cotidiano (FREIRE, 1987). O respeito e uso desses princípios norteadores em sala de aula colaboram para a construção de uma educação que incentiva o protagonismo estudantil como

mecanismo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

Sob o viés e a intencionalidade pedagógicos citados acima, no redimensionamento dos componentes curriculares dos quais trata cada volume integrante desta proposta, é possível verificar de forma mais prática e detida as características, potencialidades e possibilidades de apropriação e de materialização autônoma das propostas trazidas pelo CPE-EF para o cotidiano das aulas dos Componentes Curriculares que constituem cada Área do Conhecimento Escolar; facilitando, assim, tanto a dinâmica interna de cada um deles, quanto suas respectivas perspectivas de articulação interdisciplinar frente à dinâmica interna de cada Área a qual pertença.

O CPE-EF está organizado por componente curricular, conforme suas áreas de conhecimentos. Cada documento está constituído respeitando-se a originalidade do documento original, que traz em seu bojo CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO, PRINCÍPIOS NORTEADORES, EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES, COMPETÊNCIAS GERAIS, CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM, TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO: Educação em Direitos Humanos – EDH, Direitos da Criança e Adolescente, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Educação Ambiental, Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal, Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Diversidade Cultural, Relações de Gênero, Educação Alimentar e Nutricional, Educação para o Trânsito, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Saúde, Vida Familiar e Social,

ÁREA DE LINGUAGENS, situada entre as páginas 67 e 350 do CPE-EF e constituída pelos Componentes Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Arte, parte da compreensão da linguagem como produção cultural decorrente da capacidade humana de produzir e compartilhar sentidos, de atribuir significados e, assim, de construir subjetividades a partir e através do viés

eminentemente dialógico e interativo que permeia a totalidade das relações envolvidas em cada um destes processos.

ÁREA DE MATEMÁTICA, que no CPE-EF encontra-se entre as páginas 351 e 426, tem por objetivo situar as práticas matemáticas historicamente constituídas, a partir do aporte de sua relevância para a humanidade em virtude de suas implicações nos processos dialógicos e relacionais do ser humano em sociedade dos quais a sua crescente pertinência derivam.

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, localizada entre as páginas 429 e 466 do CPE-EF e materializada no Componente Curricular Ciências, busca dimensionar as reformulações desencadeadas historicamente no ensino de Ciências, situando a produção do conhecimento científico nos processos históricos dos quais sua pertinência e funcionalidade frente às demandas sociais e culturais contemporâneas e a partir de suas contribuições frente à relação pedagógica existente entre os processos de produção e de transmissão do conhecimento sobreleva.

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, constituída pelos Componentes Geografia e História é situada entre as páginas 467 e 560, ao atribuir cientificidade ao fenômeno humano considerado individual ou socialmente, abordam as possibilidades de compreensão e de explicação dos aspectos dele decorrentes com vistas à promoção do reconhecimento interindividual da importância da formação dos seres humanos em sua integralidade, mediante entendimento e respeito das relações mantidas entre si e com o meio ambiente.

ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO, materializada no Componente Curricular homônimo e localizada entre as páginas 561 e 585 do CPE-EF, contempla evidência, mediante processo de transposição didática radicado nas Ciências da Religião, a relevância histórica e sociocultural dos saberes oriundos da religiosidade, do sistema de crenças e, vinculados a eles, dos valores morais-éticos que historicamente fazem parte das produções humanas, com vistas a contribuir para a leitura, interpretação, compreensão da realidade rumo a uma intervenção sensível, consciente e fundamentada sobre os aspectos que a compõem.

Este documento foi feito pensando em você. O desmembramento dos conteúdos constituintes de cada Área do Conhecimento Escolar e sua reorganização em documentos individualizados, visando facilitar o trabalho dos professores em seu fazer pedagógico diário.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017. Contudo, antes de seguir com a apresentação deste documento, vale salientar que Pernambuco há algum tempo já disponibiliza documentos orientadores que sinalizavam para a construção do currículo, tais como a Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco - BCC (2008) e as orientações Teórico-Metodológicas para o ensino fundamental - OTM (2008), e que foram o ponto de partida para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco em 2012.

Também não é nova a parceria entre o Estado e a UNDIME/PE, a exemplo da construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco que resultaram da soma de esforços das duas instituições, e da escuta de mais de 5.000 (cinco mil) professores¹ das universidades públicas, redes municipais e rede estadual de ensino. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os

¹ Este documento considera a igualdade de gênero, entretanto, optou por adotar a norma padrão da Língua Portuguesa, a qual prescreve a indicação do masculino genérico para designar o gênero masculino e feminino.

Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014).

No que se refere à educação infantil, os documentos curriculares elaborados pelos municípios, geralmente propostas pedagógicas, também serviram de base para a construção do presente documento curricular, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Deve-se destacar que historicamente esse momento de elaboração do PCPE foi ímpar na construção do primeiro documento curricular para a educação infantil articulado entre o estado de Pernambuco e seus municípios.

Por sua vez, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular também não é pauta recente para a Educação no Brasil. Essa necessidade vem sendo evidenciada na Constituição Federal de 1988 (1988, art. 210), na Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, art. 26), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e em outros documentos, frutos de discussões promovidas por todos os setores da sociedade de envolvimento significativo para a Educação. Além disso, a construção de uma BNCC está indicada nas propostas da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2014) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) em diversas estratégias.

Desde a primeira versão, em 2015, e também no Seminário Estadual da BNCC, em 2016, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a UNDIME/PE atuaram colaborativamente na orientação e mobilização de professores.

Com a homologação da BNCC, em 2017, Estado e UNDIME/PE iniciaram uma nova fase voltada para construção deste documento curricular. Instituiu-se a Comissão Estadual de Construção Curricular por meio da portaria nº. 858, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC), de

acordo com a portaria nº.331, de 05 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, foi constituída uma equipe composta por redatores, coordenadores das etapas da Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, articulador municipal e coordenadores estaduais, os quais atuariam de forma mais efetiva no processo de construção do documento curricular em Pernambuco. Mantendo o perfil democrático de construção já característica do Estado, essa equipe recebeu contribuição de outros profissionais e especialistas (professores de universidades públicas e particulares e das redes estadual, municipal e escolas privadas).

Estabelecidos os papéis de atuação e seus autores, Pernambuco definiu seu planejamento para construção curricular tendo como fundamento maior a necessidade de ampliar o debate com os profissionais da educação. Assim sendo, houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada para fazerem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC de forma a se construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do Estado.

As contribuições das escolas foram consolidadas e incorporadas à versão preliminar do documento que foi discutida, em seis seminários regionais realizados em agosto e setembro de 2018, com a participação de professores das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, professores das redes municipais, da rede estadual, das escolas privadas, representantes do Conselho Estadual de Educação, da UNCME, do SINEPE/PE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco) e de outras entidades da sociedade civil.

As colaborações advindas dos seminários regionais, que contaram com a participação de, aproximadamente, 2.100 professores, juntamente com sugestões recebidas via plataforma digital, foram incorporadas ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Essa versão foi apresentada e validada em Seminário Estadual com participação de cerca de 500 profissionais da educação. Após esse evento, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à

versão final do currículo do estado de Pernambuco, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Assim, mais uma vez, Pernambuco constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

Este documento curricular também será base para a construção do currículo das diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, é preciso elaborar/revisar documentos curriculares próprios que atendam às suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais, mas também garantam o pleno acesso aos conhecimentos definidos pela BNCC para todos os estudantes. A educação especial, transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, está contemplada na perspectiva inclusiva em que a educação de Pernambuco se fundamenta e será abordada neste documento em tópico mais adiante.

1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

A elaboração de um currículo está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra. Sendo uma construção social (GOODSON, 1997), ele reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade. O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Pensando dessa forma, o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma

construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) e da Base Nacional Comum Curricular (2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, p.3). Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco apresentam o Currículo “como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências” (PERNAMBUCO, 2012, p.23).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Nessa direção, a BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular. A BNCC define uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Compreendido dessa forma, o Currículo de Pernambuco se apresenta

como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando aos estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social.

Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (res)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar.

Dessa forma, faz-se necessário que as práticas pedagógicas promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Considerar a equidade e a excelência como princípios norteadores é compreender que todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade. A excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada da equidade.

Dessa forma, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não é para a consolidação da democracia. É imperativo que o Estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, visto que se os

processos educativos não forem de qualidade e adequados às reais necessidades, também o impedirão de ter acesso aos bens sociais e culturais, promovendo exclusões da vida do trabalho e do exercício pleno da cidadania.

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a formação integral do ser. Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois o enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente. Nesse sentido, um currículo pautado na formação integral considera o estudante como centro do processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes.

Nessa ótica, é necessário não confundir formação integral com escola em tempo integral. Embora a ampliação da carga horária nos espaços de aprendizagem coopere para a formação integral dos sujeitos, mais do que aumentar o tempo e as atividades escolares, a formação integral se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos curriculares e a realidade dos estudantes, com a transversalidade e a interdisciplinaridade. A formação dessa natureza defende, principalmente, que o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

A Educação em Direitos Humanos contribui para esta visão quando parte do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei e que, portanto, as diferenças são partes integrantes de cada pessoa e que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo. Ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar

(Lei nº 13.146/2015).

Por fim, esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no Currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos, dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O documento *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) é fundamental como referência para a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns. Representa um importante marco teórico e político que define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas às necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano à educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte constituinte do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania.

Coadunando com esta perspectiva, no Currículo de Pernambuco, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades, identifica e disponibiliza recursos e serviços,

orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Vale destacar o papel importante do AEE, que visa promover a autonomia e independência do estudante e deve ser ofertado em turno diferente, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais/SRMs da mesma escola ou nas de escolas circunvizinhas. O sucesso desse atendimento depende da articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular; esta parceria é fundamental para garantir maior qualidade do atendimento às necessidades específicas do estudante. Isto porque uma das premissas do AEE é a individualização do ensino, conduzindo a ressignificação da prática pedagógica do professor regente e a potencialização dos espaços educativos destinados ao estudante com deficiência com base no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na sociedade atual, o processo de globalização e os impactos das novas tecnologias impulsionaram novos olhares, novos conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional. O processo de ensino e aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nesse cenário, a função da escola enquanto instituição formal é buscar adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando, bem como aos desafios de um mundo globalizado e conectado com as diversas

formas de produção do conhecimento e seus usos nos diversos espaços e tempos da sociedade.

De fato, são mudanças que exigem do contexto educacional práticas pedagógicas que desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para enfrentar desafios e resolver problemas. Por conseguinte, os conteúdos trabalhados não só precisam ser compreendidos e alcançados pela capacidade cognitiva, mas também relacionados com as demais capacidades (ZABALA, 1998) para que o processo de ensino e aprendizagem seja interessante e significativo.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe, enquanto documento normativo, mudanças no como e para que construir as aprendizagens que sejam essenciais às crianças, aos jovens e aos adultos da Educação Básica. É nessa lógica que compreendemos a escola enquanto espaço e tempo de aprendizagem que deve favorecer a formação de esquemas de ações e de interações estáveis que, de forma dependente, possam ser utilizadas nos diversos contextos sociais (PERRENOUD, 1999).

Dessa forma, educar por competências configura repensar e reorganizar os conteúdos, de tal modo que tenham sentido e significado para os estudantes. É criar situações-problema, contextualizando a prática educativa com as suas vivências e os seus saberes, como defendido por Silva e Felicetti (2014, p. 18) ao ressaltarem que “situações-problema necessitam ser criadas, inovadas e devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências”.

Isto posto, o Currículo de Pernambuco, fundamentado na BNCC, torna-se um instrumento de referência indispensável a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e a escola deve, por sua vez, oferecer situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e, com efeito, novas competências que, nas práticas cotidianas, possibilitem a resolução do saber fazer e do saber agir nos diversos espaços sociais, bem como propor um redirecionamento para os pilares da educação de Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser (DELORS, 1996).

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses

pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as especificidades da população escolar atendida.

A BNCC, enquanto documento normativo, norteia a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Nessa perspectiva, retomamos as 10 competências gerais definidas pela BNCC, as quais propõem como objetivos a formação integral dos estudantes. Em função disso, consideramos relevante descrevê-las.

1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação

de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É nessa ótica que o Currículo de Pernambuco, ao lado da BNCC, mostra-se como um referencial para orientar pedagogicamente técnicos, gestores, professores e estudantes da Educação Básica. Em vista disso, urge repensar a prática pedagógica, os conteúdos, as habilidades e as metodologias com o intuito de assumir novas posturas, novos valores, os quais possam contribuir - mais significativamente - em prol do processo de construção e apropriação de conhecimentos e saberes para a formação de cidadãos autônomos, críticos e criativos.

1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A observação e a análise das práticas educativas têm se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Tal fato é decorrente da inserção, nesse meio, de ideias e referenciais que subsidiam as ações de ensinar e aprender, visando, de certa maneira, à compreensão do sistema educacional, que está centrado na escola, seu papel, seu currículo – como apresentado em seção anterior - e seus profissionais, principalmente os professores.

Sob a égide dos verbos ensinar e aprender se constitui a base para todo o processo de construção do conhecimento. Numa perspectiva histórica e de desenvolvimento da ciência, esses dois verbos já foram bastante questionados e inferia-se que, se houve ensino, a aprendizagem aconteceu. Assim, era suficiente um professor que dominasse um determinado conhecimento e ‘ensinasse’ - transmitisse - esse saber para seu grupo de estudantes. Aquilo que os estudantes repetissem com exatidão e reproduzissem nas avaliações, resultando na medição do quanto tinham conseguido absorver, era a aprendizagem.

A partir das contribuições da epistemologia para os processos de desenvolvimento subjetivo humano e, mais recentemente, das neurociências, com o mapeamento cerebral de todas as condições do sujeito em situações de interação com os outros e com as ideias/fatos/experiências, muda a concepção do que é aprender, de como se aprende e, por correspondência, de como devem ser desenvolvidas práticas na sala de aula que despertem o interesse, o desejo e a motivação para os estudantes aprenderem.

Assim, transformam-se também as concepções de ensinar. Agora, em vez de apenas lembrar e repetir informações, o estudante deve ser capaz de encontrá-las e usá-las com autonomia. Dessa forma, a recente ciência da aprendizagem enfatiza a importância de se repensar o que é ensinado; a maneira de ensinar, centrando o processo no estudante; e o modo de avaliar a aprendizagem, compreendendo a avaliação enquanto processo, aspecto que será discutido adiante neste texto introdutório.

Faz-se necessário, no bojo do processo de ensino e aprendizagem, que o

Projeto Político Pedagógico da escola se proponha a: (1) valorizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem de suas vivências para a escola; (2) auxiliá-los a desenvolver competências nas diversas áreas de conhecimento, valorizando sua base sólida dos fatos, relacionando esses às ideias dentro de um eixo conceitual, visando à mediação da aprendizagem; e (3) incentivá-los em sua autonomia de aprender, ajudando-os a compreender como podem e devem também, sendo autores do seu conhecimento, monitorar seus progressos (BRANSFORD, BROWN & COCKING, 2007).

Outro aspecto de suma importância tem sido os desafios que as mudanças tecnológicas e seus avanços ininterruptos têm provocado e trazido aos processos de ensino e de aprendizagem. As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais.

É nesse âmbito denso de reflexões que o Currículo de Pernambuco encontra-se alinhado com a BNCC que traz, em sua apresentação, o foco no desenvolvimento de competências:

“o que os alunos devem ‘saber’ (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)” (BNCC, 2017, p. 13).

Tal discussão tem sido proposta por vários teóricos que abordam a prática educativa e do que se torna imprescindível desenvolver no processo de ensino e de aprendizagem: **aprender a conhecer**, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); **aprender a fazer**, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); **aprender a conviver**, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e **aprender a ser**, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais)

(ZABALA, 1998; ZABALA & ARNAU, 2009).

Por fim, um aspecto extremamente relevante também nesse ‘novo’ processo do binômio ensino e aprendizagem é compreendê-lo como constituído mutuamente – ou seja, o ensino e a aprendizagem enquanto aspectos indissociáveis – assim como são constituídas no estudante as dimensões cognitiva e afetiva. O objetivo é promover o olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral, de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades.

1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Consequentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas.

Dessa forma, o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação.

É importante destacar que o saber do professor é, então, definido como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36).

No que se refere às políticas públicas de formação continuada para professores, essas têm se mostrado extremamente variáveis em termos de seus

formatos curriculares (cursos de curta, média e longa duração, seminários, palestras, assessorias no contexto escolar, entre outros), concernentes à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), aos Parâmetros de Formação Docente (2014) e ao Plano Estadual de Educação (PERNAMBUCO 2015-2025, Lei nº 15.533/2015). Sejam as ações definidas pelos órgãos centrais das redes de ensino, sejam aquelas que são contextualizadas na escola, os desafios de organizar processos integrados, sistemáticos e que respondam ao projeto pedagógico das instituições escolares estão colocados.

Na perspectiva de um modelo de colaboração, considera-se a corresponsabilidade dos professores pela sua formação, a legitimidade das instituições de ensino superior na organização de uma formação centrada na escola, assim como a responsabilidade das secretarias de educação na elaboração de critérios e de parâmetros para a formação docente. Assim, ressalta-se que as ações de formação continuada contam com a colaboração dos diversos sujeitos do sistema educativo, orientados pelas necessidades formativas dos professores. Essa perspectiva supõe a escola como lócus privilegiado de formação e produção de conhecimentos.

Nóvoa (1997) destaca a necessidade de “(re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (p. 25).

Nessa dimensão, a formação de professores contribui para a consolidação de espaços institucionalizados de trabalho coletivo; para direcionamento de metas comuns, oriundas das necessidades da comunidade escolar definidas em seu Projeto Pedagógico e parametrizadas pelas diretrizes e políticas educacionais.

A práxis dessa formação concebe-se como um movimento dialético de ação-reflexão-ação transformada, sendo alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos, ancorando-se no constante diálogo e partilha entre os entes envolvidos no decorrer do processo formativo. Dessa forma, os professores são compreendidos como sujeitos em transformação e transformadores da realidade e do contexto

socioeducacional no qual estão inseridos.

Esse cenário instiga a qualidade dos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada de professores. Tais processos devem ir ao encontro do perfil de professor do contexto atual em que se observam mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas, entre outras, as quais demandam profissionais com competências que extrapolam o ato de “transmitir” conteúdos, que estejam abertos às inovações e às constantes aprendizagens, que respeitem as diversidades, que construam a partilha e o diálogo com seus pares, com seus estudantes, bem como com os demais agentes educativos, e que sejam voltados para a construção de um conhecimento holístico.

É possível perceber que os esforços empreendidos para a superação dos obstáculos para a formação de um profissional com o perfil descrito, ao mesmo tempo que se constituem como desafio, abrem horizontes para a construção de propostas curriculares formativas fundamentadas em outras lógicas para além da especialização disciplinar. A perspectiva do currículo, numa dimensão interdisciplinar na formação inicial e continuada dos professores, constitui-se como um desses horizontes em que os saberes se relacionam em constante diálogo.

A integração curricular tem sido recorrente nos atuais discursos que orientam as políticas e as práticas curriculares da Educação Básica do Brasil. Essa tônica é apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010) quando enfatiza que o trabalho do professor, que tem como um dos desafios a transposição didática, deve ser pautado na perspectiva de integrar as diferentes áreas do conhecimento, articulando-as com os saberes e experiências dos estudantes. O propósito dessa abordagem é superar a compartimentação disciplinar que predominou, por muito tempo, como característica do trabalho pedagógico.

Tal como instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015), entendemos que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria

permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (p.4).

[...]

Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência (p. 11).

Diante do exposto, a formação inicial e a formação continuada compõem momentos distintos do desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem um percurso de formação, se considerarmos a história de socialização profissional do professor.

1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem, estando, por isso, intimamente ligada à trajetória escolar do estudante e do professor. Nessa perspectiva, a avaliação precisa ser tratada, por um lado, como um instrumento que acompanha a construção do conhecimento do estudante e, por outro lado, servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de (re)ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento.

Quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de "quanto se aprende", considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira integral. Ao ser compreendida como processo, a avaliação acompanha, conseqüentemente, a construção do conhecimento, podendo ser considerada um recurso de ensino e aprendizagem para tomada de decisões a partir de seus resultados. Dessa forma, promove o desenvolvimento de um trabalho que oferece um ambiente que valoriza e apoia a equidade e a construção de processos cognitivos.

Quando o professor utiliza a avaliação como um processo de análise, tanto de sua prática pedagógica como dos caminhos utilizados pelos estudantes para

aprender, elevando-se o patamar de compreensão sobre os resultados, passa-se a considerar as necessidades de ensino, tomando como base as reflexões alcançadas nos resultados avaliativos. Tal atitude leva os professores a construir instrumentos de avaliação mais coerentes e assertivos, conduzindo-os a decisões mais acertadas no que diz respeito à garantia das aprendizagens em sala de aula.

Nesse caso, mais importante que identificar o sucesso ou o fracasso é entender o que subjaz aos desempenhos observados: a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta que ele nos propõe e o sentido do procedimento utilizado. Segundo Santos (2005), avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz. Ela deve estar inserida no processo de aprendizagem do estudante para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas, as quais podem ser:

- I. **Formativa:** tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;
- II. **Cumulativa:** permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;
- III. **Diagnóstica:** auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprimindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;
- IV. **Somativa:** tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;
- V. **Autoavaliação:** pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem.

É a partir dessa análise que a avaliação se constitui em um momento reflexivo sobre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem e assume o protagonismo devido. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo de ensino e aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada estudante em seus lentos ou rápidos progressos. Portanto, ao avaliar, o professor estará constatando as condições de aprendizagem dos estudantes para, a partir daí, prover meios para sua

recuperação e não para sua exclusão, se considerar a avaliação um processo e não um fim. Nessa direção, aparece a oportunidade de aprender com os resultados.

Em razão disso, sem dúvida, existe também, na avaliação, um processo de transferência de conhecimentos, quando o estudante, por sua vez, consegue aprender enquanto está sendo avaliado e o professor tem a oportunidade de guiar a aprendizagem desse estudante, enquanto ele cria suas respostas e trabalha de forma a compreender o que se espera dele nesse momento.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Para Vasconcelos (2005), deve-se distinguir avaliação de nota. A avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo, dessa forma, verificar os avanços e as dificuldades, e o que fazer para superar esses obstáculos. A nota, seja na forma de número ou conceitos, é uma exigência do sistema educacional.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve buscar a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e só tem sentido se for encarada pela comunidade escolar como uma aliada tanto do desenvolvimento de cada estudante, como do alcance da consecução das metas de eficácia e qualidade fixadas pela unidade escolar ou pelos sistemas educacionais. Ela deve ser o resultado de uma análise crítica permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que a avaliação, no Currículo de Pernambuco, deve ser vista como oportunidade de reflexão do fazer pedagógico, voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO

O Currículo de Pernambuco contempla temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica. Tais dimensões são necessárias à formação integral dos estudantes e afetam a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola.

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são sugeridos em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora. Citamos alguns desses temas, entendendo que outros poderão ser acrescentados em função de novas demandas legais ou por escolha das próprias escolas, inserindo-os em seus projetos político-pedagógicos por meio de práticas educativas voltadas para a criação de uma cultura de paz.

Educação em Direitos Humanos - EDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A Educação em Direitos Humanos - EDH, alicerçada no respeito e proteção à dignidade da pessoa humana, compreende o conjunto de práticas educativas fundamentadas nos direitos humanos, tendo como objetivo formar o sujeito de direito. Nesse contexto, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, nas últimas décadas, assumiu a EDH como norteadora das políticas educacionais do estado de Pernambuco e pautou-a no compromisso pela construção de uma escola que se reconheça como espaço pleno de vivências de direitos, premissa fundamental para embasar as relações humanas que acontecem na escola em todos os seus âmbitos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) prescrevem que, na Educação Básica, o currículo poderá ser estruturado tomando por base a perspectiva disciplinar, transversal ou mista, fundindo disciplinaridade e transversalidade. Ao fazer a opção por tratar a EDH na

perspectiva transversal, o estado de Pernambuco filia-se ao entendimento de que a cultura dos direitos humanos, conteúdo da EDH, não cabe apenas em um componente curricular, devendo, assim, ganhar espaço no conjunto dos componentes que compõem o currículo. Materializada na perspectiva transversal, a EDH fortalece os paradigmas da educação integral, considerando os estudantes em todas as suas dimensões. Além disso, sedimenta uma cultura de paz na escola, fundamentada na defesa e reconhecimento da igualdade de direitos, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado e democracia na educação.

A escola, na perspectiva da EDH, deve desenvolver uma educação pautada em várias dimensões necessárias à formação cidadã: ciências, artes, cultura, história, ética, afetividade, entre outras. Assim, a escola é concebida como espaço sociocultural, lugar de convivência inclusiva, respeitosa e afetiva. O ambiente escolar deve proporcionar, também, uma convivência acolhedora, de auto responsabilidade com o desempenho de cada estudante, de cada professor, consigo mesmo, bem como de cuidado com o outro, considerando a dignidade de todo ser humano.

Direitos da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 - Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016) - No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente, o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados.

Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos

também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não *a posteriori*.

Desse modo, as aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano.

O contexto escolar deve ser preparado visando a uma formação cidadã em que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos contra práticas que fomentem a exploração do trabalho infantil e discriminação étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, pessoa com deficiência ou de qualquer outra ordem.

Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003) - O envelhecimento é um fenômeno natural da condição humana. Para além da cronologia, há um conjunto amplo de aspectos que também configuram essa etapa do desenvolvimento humano: biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais. Embora o envelhecimento humano seja uma condição natural, as representações e sentimentos são construídos socialmente. Dessa forma, faz-se necessário que as escolas incluam, em suas práticas curriculares, ações que visem ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes que aproximam as gerações, estimulem os estudantes para o convívio, destituído de preconceitos, com pessoas idosas e sejam educadas para o envelhecimento humano. O objetivo é garantir o respeito, a dignidade e a educação ao longo da vida. Assim, no âmbito escolar, deve-se também reconhecer o protagonismo da pessoa idosa enquanto estudante e como sujeito que, munido de experiências e saberes, aprende mais sobre si mesmo e sobre o mundo.

Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº14/2012, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e Programa de Educação Ambiental de

Pernambuco - PEA/PE 2015) - A Educação Ambiental é um processo contínuo, dinâmico, participativo e interativo de aprendizagem das questões socioambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental constitui uma das dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado e sustentável, prioridade na garantia da qualidade de vida das pessoas por meio de concepções e práticas inter/transdisciplinares, contínuas e permanentes, realizadas no contexto educativo. Priorizando as questões ambientais, devemos despertar no estudante a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, preservando a biodiversidade e as culturas. É nessa perspectiva que as atividades educativas devem envolver a escola e a comunidade em seu entorno, refletir sobre atitudes de proteção e preservação da natureza, dialogando por meio dos diferentes componentes curriculares.

Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Esses temas apontam para abordagens na escola que proporcionem ao estudante ter uma compreensão sobre finanças e economia, consumo responsável, processo de arrecadação financeira e a aplicação dos recursos recolhidos como também sua importância para o valor social dos tributos, procedência e destinação. De modo geral, essas abordagens devem possibilitar ao estudante analisar, fazer considerações fundamentadas, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam a sua vida pessoal, familiar e da realidade social e, por conseguinte, compreender a cidadania, a participação social, a importância sobre as questões tributárias, o orçamento público, seu controle, sua execução e sua transparência, bem como a preservação do patrimônio público.

Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015) - essa temática deve ser trabalhada articulada a diferentes componentes curriculares, mas também no âmbito do currículo como um todo. Deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social,

econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

É necessário que as práticas escolares contemplem nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, africanas e indígenas como forma de reconhecimento da contribuição que diversos povos deram para a história e cultura nacional. Desta maneira, será alcançada uma educação das relações étnico-raciais que respeite a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação, ensejando a construção de uma sociedade baseada no reconhecimento das diferenças e na verdadeira democracia racial.

Diversidade Cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completeza humana é construída na interação entre as diferentes identidades.

Relações de Gênero (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) - A relação de gênero é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e

das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversalizar diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobram em desigualdades.

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade dos espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e respeito às diferenças. Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009) - Esse tema deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos, além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino,

considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Educação para o Trânsito - (Lei nº 9.503/1997) - A alta incidência de violência no trânsito, inclusive com mortes, remete à necessidade de incentivar a conscientização por meio de um trabalho de educação para o trânsito, envolvendo valores e princípios fundamentais para um convívio social saudável: respeito ao próximo, solidariedade, prudência e cumprimento às leis. É preciso promover práticas educativas e intersetoriais que problematizem as condições da circulação e convivência nos espaços públicos desde a própria escola, seja no campo ou na cidade, para que se promova a convivência mais harmoniosa nos espaços compartilhados, de modo a incentivar uma circulação mais segura de forma eficiente e, sobretudo, mais humana.

A educação para o trânsito deve prever, no currículo da Educação Básica, a construção de valores direcionados ao comportamento respeitoso, ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, considerando o direito humano à vida, que se constitui no seu bem maior.

Trabalho, Ciência e Tecnologia (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Trazer essa temática para o currículo da Educação Básica contribui para a compreensão do Trabalho enquanto princípio educativo que envolve não só discussões acerca do mundo do trabalho, mas também acerca do desenvolvimento de capacidades humanas para transformação da realidade material, social. Relaciona-se ainda à compreensão da Ciência e Tecnologia enquanto dimensões capazes de provocar reflexões e intervenções sobre o mundo nos aspectos sociais e naturais sem perder de vista o caráter da sustentabilidade.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos e as práticas dos professores promovam a pesquisa, como princípio pedagógico, associada a uma abordagem reflexiva dos conteúdos que considere a relação complexa entre os

potenciais do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia para resolução de problemas, a ampliação da capacidade produtiva e empreendedora, bem como para a garantia de um espaço de reflexão e atuação crítica e ética sobre suas influências nos impactos ambientais e sociais.

É importante que o currículo da Educação Básica, ao abordar essa temática, promova uma reflexão sobre as diversas formas de trabalho, o uso das tecnologias, às suas respectivas funções e organização social em torno de cada profissão, a contribuição dessas para o desenvolvimento da sociedade, bem como sobre as relações sociais e de poder que se estabelecem em torno do mundo do trabalho.

Saúde, Vida Familiar e Social (Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A temática saúde é um conceito que nos remete não só a ausência de doença, mas, sobretudo, ao completo bem-estar que permeia as pessoas saudáveis. A concepção que se entende por saúde tem relações diretas com o meio cultural, social, político, econômico, ambiental e afetivo em que se vive. A visão histórica dos diversos significados de saúde também sofre variações ao longo do tempo. O currículo, ao desenvolver esse tema, deve considerar a saúde numa perspectiva mais ampla que envolve as várias dimensões do ser humano, tais como: saúde mental, comportamental, atitudinal, orgânica, física, motora, afetiva, sensorial, entre outras.

É necessário que a pessoa se perceba em sua multidimensionalidade e que a esfera da saúde seja reconhecida sob os diversos aspectos que envolvem uma vida saudável. O contexto político relativo a como a sociedade está organizada também interfere na dimensão da saúde do cidadão. A estrutura da saúde pública, o planejamento das cidades, o saneamento básico, o estilo de vida do/no campo ou da/na cidade, o sistema de transporte e habitacional, as relações familiares e sociais poderão interferir na saúde das pessoas. Esses aspectos devem ser considerados e refletidos no currículo de forma a levar os estudantes a compreenderem e buscarem um estilo de vida mais saudável.

Os temas integradores, acima abordados, além de estarem presentes em

habilidades e competências de diferentes componentes curriculares, devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar.

1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO

O currículo de Pernambuco tem por objetivo nortear as propostas pedagógicas dos municípios, os projetos políticos pedagógicos das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula. Está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando a formação cidadã dos estudantes pernambucanos.

Constitui-se em documento orientador para a rede estadual, redes municipais e escolas privadas. Também é inspirador para as modalidades da educação básica, embora não contempladas diretamente nele. Essas, por suas especificidades e singularidades, deverão ter documentos curriculares específicos construídos em âmbito estadual e municipal.

Este volume, referente ao ensino fundamental, é formado pelos pressupostos teóricos, a apresentação da etapa e suas fases, introdução de cada área e seus componentes curriculares. Após a abordagem sobre cada componente, vem o seu respectivo organizador curricular que traz, na sua estrutura, os campos de atuação (para o componente Língua Portuguesa), a descrição das unidades temáticas (para os componentes de Educação Física, Língua Inglesa e Arte) e das práticas de linguagem (para os componentes Língua Portuguesa e Língua Inglesa), os objetos de conhecimento, os códigos e, por fim, as habilidades do Currículo de Pernambuco. Ao final de cada componente, encontram-se as referências bibliográficas.

No organizador curricular dos componentes do Currículo de Pernambuco, um código pode ser observado antes da descrição de cada habilidade. Foram

utilizados os mesmos códigos da BNCC, entretanto, acrescentou-se PE ao final de cada código, indicando que a habilidade recebeu contribuição das redes públicas e/ou escolas privadas ou foi validada pelas mesmas. Assim, o código **EF 01 LP 01 PE** representa:

EF – Ensino Fundamental.

01 – 1º ano do ensino fundamental.

LP – Língua Portuguesa.

01 – Numeração da habilidade – primeira habilidade. Se tiver uma letra (X, Y Z, por exemplo) em vez de números, indica que esta habilidade não está presente na BNCC, sendo, portanto, exclusiva do Currículo de Pernambuco.

PE – As redes de ensino de Pernambuco realizaram alguma modificação nesta habilidade da BNCC ou validaram a mesma.

REFERÊNCIAS

BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos**. Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47- 51, jan.2002.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. (org.). **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola**. Comitê de Desenvolvimento da Ciência da Aprendizagem, Comitê de Pesquisa da Aprendizagem e da Prática Educacional, Comissão de Educação e Ciências Sociais e do Comportamento, Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.28.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.34.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 11 de novembro de 2015**. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº3, de 10 de março de 2004**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Pena**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, a Lei no. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no. 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, 17 de Junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, 1 de Julho de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 10/05/2016. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.70.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos**. Brasília, 2006.

DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Comum Curricular (BCC)** para as redes públicas de ensino de Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas** para o Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco**. Recife, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares na Sala de Aula**. Recife, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.533, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Pernambuco: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24/06/2015. Ano XCII, n. 117, p. 3-9.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa SEE no. 007/2017**. Estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de janeiro de 2018. Recife, 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Padrões de Desempenho Estudantil**. Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros de Formação Docente**. Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE**, Recife, 2015.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**: trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática.**, e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, G. N.; FELICETTI, V. L.. Habilidades e Competências na Prática Docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n.1, 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como Aprender e Ensinar Competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, passou por muitas mudanças ao longo de sua história. Nesse sentido, foi criada a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória de crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade e, em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, trazendo orientações para os processos de (re)construção tanto dos currículos quanto dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas dos âmbitos estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2010).

Por ser a etapa da educação básica de maior duração, atendendo crianças e adolescentes dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, com especificidades diversas, físicas, cognitivas, afetivas, sociais, emocionais, dentre outras, o ensino fundamental sempre teve o desafio de proporcionar uma formação mais adequada aos estudantes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), construída com participação das secretarias estaduais e da UNDIME, homologada em dezembro de 2017, trouxe grande contribuição ao indicar o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, orientando a elaboração dos currículos e ao que deve ser ensinado em âmbito nacional, resguardando as características sociais e regionais existentes nos contextos dos entes federados.

O Currículo de Pernambuco pretende, em consonância com a BNCC, garantir com qualidade o direito que todos os estudantes têm de aprender. Caminhando nesse sentido, no ensino fundamental – anos iniciais, busca-se, em diálogo com as experiências oriundas da educação infantil, dar continuidade às situações lúdicas e progressivas de aprendizagem. No tocante aos dois primeiros anos, o trabalho pedagógico dará ênfase aos processos de alfabetização sempre associados às práticas do letramento. Tais engajamentos devem ocorrer imbuídos da perspectiva de progressão do conhecimento e para favorecer a consolidação das aprendizagens

anteriores e a “ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças”. (BRASIL, 2017, p. 57).

No ensino fundamental – anos finais, o perfil dos estudantes se modifica ainda mais. Além dos novos desafios relacionados às mudanças físicas e emocionais, recairá a responsabilidade de adaptação a um trabalho orientado por vários professores especialistas em suas áreas do conhecimento – ao contrário da fase anterior. É imprescindível que se retorne às aprendizagens adquiridas nos anos iniciais, ressignificando-as e aprofundando-as. A seguir, procura-se discorrer melhor sobre as transições.

2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

É indispensável articulação curricular entre todas as etapas da Educação Básica. Além de ser consenso entre os educadores, tal articulação é preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/ 2010). Em seu artigo 24, a continuidade da educação infantil no ensino fundamental é proposta na perspectiva de reconhecer que os objetivos da formação básica das crianças, estabelecidos para a educação infantil, devem estender-se durante os anos iniciais do ensino fundamental. Tais objetivos devem promover, ainda, a ampliação e a intensificação gradativa do processo educativo. Isso favorece a possibilidade de assegurar um percurso contínuo de aprendizagens às crianças, conforme estabelece o artigo 29 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB no.7/2010).

No tocante a medidas com o intuito de articular a educação infantil com os anos iniciais do ensino fundamental, é importante o reconhecimento das aprendizagens da criança antes mesmo do seu ingresso no ensino fundamental, bem como a valorização do caráter lúdico na ação pedagógica. Além disso, a identificação das necessidades das crianças pode ajudar a escola a se transformar, a partir do momento em que ela percebe quem são essas crianças e de que forma é possível atender suas reais necessidades. Até porque, tanto na educação infantil quanto nos primeiros anos do ensino fundamental, as especificidades inerentes a

ambas as etapas estão ligadas, sobretudo, ao reconhecimento das especificidades da infância, tais como seus aspectos psicológicos, emocionais, cognitivos, físicos, dentre outros.

É de uma concepção ampla de infância e de criança que se deve partir, quando se pensa na criação de um currículo ou de propostas pedagógicas para essas duas etapas, visto que o ciclo da infância não termina aos 6 anos de idade, momento no qual a criança ingressa no primeiro ano do ensino fundamental.

A ampliação das aprendizagens deve ser um contínuo na vida das crianças, sendo a transição para essa etapa de escolarização um momento especial. Nesta perspectiva, a articulação entre conhecimentos e vivências da escola e de fora da escola, tão presente nos campos de experiência da educação infantil, deve ser preservada e enfatizada no ensino fundamental, abrindo-se também espaço para as novas possibilidades de aprendizagens.

Ao longo dos séculos, a concepção de criança modificou bastante, inclusive expressando visões contraditórias a seu respeito. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, por exemplo, a criança era vista como fruto do pecado e, assim, deveria ser direcionada ao caminho do bem. Através desse pensamento, entendia-se que a formação moral e o direcionamento às aprendizagens deveriam ficar a cargo da igreja. É nesse momento que surge a explicação dos dois modos de atendimento aos quais se destinavam às crianças: um de caráter repressor e outro compensatório. É justamente nesse período que, para Kramer (2003), a criança ora é considerada ingênua, inocente e graciosa – daí a necessidade da paparicação –; ora compreendida como um ser imperfeito e incompleto – carecendo, por isso, passar pelo processo de moralização e de uma educação administrada pelos adultos.

Atualmente, a ideia de infância corresponde à consciência da singularidade infantil. É exatamente essa natureza singular que estabelece a diferença entre a criança e o adulto. A criança deve ser considerada como sujeito histórico e de direitos. É através das interações, das relações e das práticas cotidianas que ela vivencia e constroi sua identidade pessoal e coletiva. A criança deve, ainda, ser compreendida como pessoa cidadã e ser respeitada em seus aspectos integrais. Para isso, a educação deve se pautar na perspectiva da formação humana, no

exercício da cidadania e no direito de aprender. Cabe à escola proporcionar experiências no campo das interações e explorar a ludicidade nos processos de ensino e nas propostas de atividades cotidianas. Assim, estará valorizando as características e vivências do trabalho oriundo da Educação Infantil – sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental –, com as quais as crianças já estão familiarizadas.

As etapas possuem, portanto, suas dinâmicas e proporcionam níveis de complexidade diferenciados. Isso considerando os desafios que se apresentam e se constituem como elementos impulsionadores do desenvolvimento da criança. Assim, torna-se natural que ocorram períodos de transição, possibilitando novas aquisições na construção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das aprendizagens de forma progressiva (BRASIL, 2017). Nesse movimento, é imprescindível o entrelaçamento de professores, crianças e suas famílias. Caminhando nesse sentido, aumenta a possibilidade de se promover ações, esforços e sentimentos capazes de contribuir para uma vivência segura e tranquila dos processos educativos e das práticas pedagógicas.

A família possui um papel fundamental na transmissão de valores às crianças, até porque se constitui como importante grupo social no qual elas estão inseridas desde muito cedo. Desse modo, o ambiente familiar acaba possibilitando aprendizagens diversas, envolvendo desde a solução de conflitos e o controle das emoções até a manifestação de sentimentos proporcionados pela convivência e possibilidade de aprender com a diversidade humana – e com as situações adversas vividas no seio familiar. O apoio e participação da família são imprescindíveis tanto na educação infantil como no início do ensino fundamental e ao longo do mesmo. É indiscutível que as aprendizagens são mais facilmente consolidadas, nessas etapas da educação, quando se tem a família como aliada aos processos que visam à aquisição e ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas ao longo do percurso escolar.

2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS

O processo de transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, da etapa do ensino fundamental, requer uma atenção cuidadosa para a sua especificidade, pois esta última deverá consolidar o caminho alicerçado na fase anterior. Reitera-se, portanto, a premência de uma formação para o respeito aos direitos humanos, à vida em comum, à coesão social, à cooperação, às práticas cidadãs ativas e à solidariedade no convívio comunitário, por meio da articulação entre todas as etapas da educação, como preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 29:

A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica. (BRASIL, 2010).

A fim de promover uma transição integrada dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, é necessário que este último se articule ao direcionamento didático-pedagógico norteador da etapa e da fase precedentes: educação infantil e anos iniciais, respectivamente. Também é imprescindível considerar as particularidades integrantes do amplo arcabouço conceitual e metodológico dos anos finais, no sentido de garantir um processo continuado e progressivo de construção das aprendizagens previstas para o ensino fundamental (AGUIRRE, 2017).

Isso requer a sistematização de conhecimentos no sentido de proporcionar oportunidades para a elaboração de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento cognitivo que reconheça os aspectos objetivos e subjetivos da prática educativa, enfatizando as transformações que ocorrem e que caracterizam essa passagem como momento de reflexão e reorganização da vida dos estudantes, bem como a dos professores (BONDÍA, 2002).

A articulação entre essas fases é de grande importância e nela inclui-se, principalmente, a relação entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, haja vista serem nestas fases que se intensificam as rupturas decorrentes do gradativo desenvolvimento da maturidade dos estudantes e a consequente e necessária adequação teórico-metodológica às capacidades cognitivas destes por parte da escola, por meio das práticas pedagógicas ali desenvolvidas (MESOMO, 2014).

Acompanhamos, nas últimas décadas, propostas de mudanças para o ensino fundamental em nosso país. Isso se deve à concepção desta etapa como um direito fundamental dos cidadãos, uma vez que, sob tais termos, constituiu-se em uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. Percebe-se, desde então, que todos os cidadãos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para esta etapa da escolarização básica e de construir os valores, as atitudes e as habilidades derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

Na transição entre as fases inicial e final do ensino fundamental, há que se considerar uma série de aspectos que incidem nas relações entre estudantes e professores. Entre as transformações deflagradoras de mudanças nesses relacionamentos, está a aplicação mais frequente e sistemática de instrumentos avaliativos, a elevação do quantitativo de conteúdos, o acréscimo de componentes curriculares - com decorrente aumento no número de professores, bem como a redução do tempo de convivência entre estes e os estudantes. Como consequência de tudo isso, há um aprofundamento da impessoalização no trato entre os sujeitos envolvidos no ato de ensinar e aprender que apresenta, entre outros reflexos, um maior distanciamento físico e uma dificuldade de construir empatia recíproca.

Com isso, faz-se *mister* a delimitação, em termos de concepção e elaboração, de diretrizes educacionais específicas para os anos finais do ensino fundamental, no que diz respeito à articulação da intencionalidade pedagógica e à delimitação de procedimentos didáticos e avaliativos, num processo contínuo e progressivo das aprendizagens previstas para a trajetória escolar dos estudantes nesta fase. Para que ocorra uma transição integrada e qualificada entre essas fases, será necessário considerar as diversas particularidades conceituais e metodológicas dos

anos finais do ensino fundamental, além das características do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, de modo a oportunizar o enriquecimento e a construção de aprendizagens previstas para esta fase.

O propósito do trabalho pedagógico será garantir a identificação dos saberes/conhecimentos escolares a serem sistematizados e que lhes são apresentados na fase a que acabam de chegar, realizando uma prática de ensino significativa para os estudantes em seu novo momento do processo educativo. Assim, poderão ser superados, entre outros, problemas, como a indiferença de muitos estudantes a conteúdos e eles expostos sem os valores do sentido e da representatividade para a sua vida.

Diante disso, é primordial a atenção, o zelo e a aproximação entre professores e educandos, considerando a integralidade da relação entre esses sujeitos, uma vez que a familiarização com novos professores e novas dinâmicas, novos conteúdos e componentes curriculares constituir-se-á em aspecto relevante para o sucesso da transição entre as fases que compõem o ensino fundamental e para a própria aprendizagem, desenvolvimento, construção de habilidades e competências. Os afetos precisam ser garantidos nesse momento da vida escolar do estudante, já que sua convergência com os aspectos conteudísticos e cognitivos serão bastante relevantes na construção da aprendizagem.

Os processos de ensino-aprendizagem como ato contínuo, nos quais se insere o estudante dos anos finais do ensino fundamental, deve ter em conta uma perspectiva dialética e dialógica, além de observar as experiências vivenciadas nos espaços coletivos da escola. Para tanto, é preciso considerar o caráter progressivo entre as habilidades e competências já construídas e as que serão desenvolvidas, pois esse caráter progressivo corrobora a ideia de que o trabalho pedagógico deve acontecer de forma contínua e sem rupturas, garantindo aos estudantes um tempo maior de convívio escolar, mais oportunidades de aprender e, assim, assegurando-lhes uma construção de aprendizagem significativa e mais sólida.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, K. C. **A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**: o que diz a produção nacional. 2017.24f. Graduação (Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul), Chapecó, UFFS, 2017.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, jan/fev/mar/abr 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a LDB, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MESOMO, O. L. C.; PAWLAS, N. O. **Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental**: anos iniciais (5º ano) e anos finais (6º ano). Unicentro, Paraná, 2014.

3. EDUCAÇÃO FÍSICA

“Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”.

(Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 2010)

Nos últimos 30-40 anos, a prática pedagógica da Educação Física tem sofrido mudanças significativas em suas bases teórico-metodológicas; dado, principalmente, o advento das contribuições das ciências humanas e sociais frente às compreensões e explicações do, para o e sobre o corpo humano em movimento. O conceito de cultura emerge como fundamental às compreensões sugeridas, de maneira que toda a relação do homem (ser humano) com seu próprio corpo foi sendo rediscutida e, assim, ressignificada, partindo de um monoculturalismo epistemológico para um multiculturalismo epistemológico e, desse modo, incidindo sobre nossa(s) própria(s) formação(ões) profissional(ais). Esse redimensionamento resultou, por sua vez, na delimitação de conteúdos/saberes escolares específicos à disciplina; que, por sua vez, demandaram procedimentos metodológicos de ensino e avaliação das aprendizagens (a serem) construídas igualmente específicos, adequados e coerentes às particularidades da mesma (RODRIGUES, 2016).

Os referidos avanços foram reconhecidos e legitimados no texto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96, Art. 26), que a (re)define como Componente Curricular obrigatório da Educação Básica; e ratificados na elaboração de documentos oficiais (nacionais, regionais e locais), tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e as Orientações Teórico-metodológicas (PERNAMBUCO, 2008) que a situam na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, com o intuito de estabelecer um currículo minimamente delimitado, sob a égide do conceito de cultura, que contemple os saberes escolares característicos e identitários à prática social/ pedagógica deste componente curricular (PERNAMBUCO, 2013a e 2013b).

O ensino de Educação Física na escola trata, então, da compreensão, (res)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal que, materializada nas práticas corporais culturalmente situadas, constituem o objeto de estudo deste Componente Curricular então denominado Cultura Corporal de Movimento. Situada na área de Linguagens, a Educação Física tem como pressuposto abordar tais conhecimentos, referendando-os em competências relacionadas à sua compreensão, exploração e valorização como construções humanas significativas e relevantes ao processo de comunicação ao longo da história (ELIAS, 1994).

A inserção da Educação Física na área de *Linguagens* reflete a relevância hoje atribuída ao movimento corporal humano como instância de comunicação, de interações recíprocas mediante expressões (significação e ressignificação) de gestos corporais culturalmente construídos, legitimados, reconhecidos e compartilhados como expressões das linguagens. Desse modo, a Educação Física é compreendida como o componente curricular responsável pelo ensino e aprendizagem das práticas corporais culturalmente construídas e constituídas como expressões das linguagens humanas ao longo do processo histórico de civilização (DAOLIO, 2004).

Nesse aspecto, é importante que se destaque a materialização de uma educação inclusiva como um dos maiores desafios da atualidade para a Educação e, assim, para a Educação Física; haja vista seu reconhecimento como direito desde 1994 com a Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial de Educação, realizada naquele ano. A superação desse desafio requer, então, o entendimento de que, não obstante as múltiplas diferenças resultantes das condições pessoais, sociais, culturais e políticas dos estudantes, o processo de ensino e aprendizagem deve ser empreendido à totalidade dos estudantes, inclusive àqueles com necessidades educativas especiais (ARROYO, 2011 e BRASIL, 1997).

O reconhecimento da *linguagem corporal* como dimensão expressiva da constituição de saberes escolares derivados das práticas corporais destaca a centralidade do conceito de cultura que ora define a prática pedagógica da Educação Física nas escolas como não apenas a constituição e a consolidação dos saberes escolares a serem abordados por este componente curricular,

materializados nas Unidades Temáticas *Brincadeiras e Jogos, Esportes, Danças, Lutas, Ginásticas e Práticas Corporais de Aventura*; mas também como os procedimentos teórico-metodológicos a serem empreendidos no trato pedagógico desses conhecimentos no cotidiano escolar mediante consideração de seus elementos fundamentais: (1) o movimento corporal (elemento essencial); (2) organização interna (voltada para as particularidades de cada prática corporal); (3) o produto cultural (voltado para as dimensões lúdica, expressiva, competitiva, de exercitação física... como instâncias de manifestação de cada uma das práticas corporais) (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, para o ensino fundamental, prevê-se, em Educação Física, o ensino dessas Unidades Temáticas a partir de uma organização progressiva dos conhecimentos que esteja devidamente contextualizada em função do tempo pedagógico destinado ao processo de construção das aprendizagens, à mobilização dos saberes discentes e à ênfase na compreensão das práticas corporais como produções culturais da humanidade como fundamento para a organização do trabalho pedagógico - à dinâmica sociocultural na qual se manifesta.

Sendo assim, à Unidade *Brincadeiras e Jogos* cabe a discussão das influências exercidas por determinados contextos e grupamentos sociais sobre a configuração de práticas de movimento corporal que não sejam rigidamente regulamentadas, considerando, para tanto, os seguintes objetos de conhecimento: (1) Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (subdividido em brinquedos e brincadeiras populares); e (2) Tipos de jogos (subdividido em: jogos sensoriais; jogos populares; jogos de salão; jogos eletrônicos; jogos teatrais; jogos cooperativos e jogos esportivos).

Na Unidade *Esportes*, busca-se discutir os processos e produtos de práticas corporais altamente regulamentadas em função de suas especificidades e classificação então delineadas por sua lógica interna em função do processo de esportivização, inclusive com relação a outras práticas corporais. Para tanto, seus objetos de conhecimento constituem-se em: (1) Saberes sobre o Esporte (subdividido em: a história dos esportes; a relação entre Jogo e Esporte e as dimensões sociais do esporte); (2) Esportes individuais (subdividido em: esportes de marca e de precisão; esportes de rede/parede; esportes técnico-combinatórios e esportes de

combate); e (3) Esportes coletivos (subdividido em: esportes de marca e de precisão; esportes de campo e taco; esportes de rede/parede; esportes técnico-combinatórios e esportes de invasão) (LUCENA, 2001).

Na Unidade *Ginásticas*, o foco reside no estudo das diferentes compreensões que lhes foram atribuídas ao longo da história, chegando aos nossos dias com direcionamentos, também, diversos frente a suas instâncias de manifestação. Para tanto, o seu ensino compreende os seguintes objetos de conhecimento: (1) Saberes da ginástica (subdividido em: ginástica geral, conhecimentos sobre o corpo em movimento e a história da ginástica); (2) Ginástica e desenvolvimento humano (centrado na tematização das práticas de ginástica em suas dimensões/manifestações na atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida); (3) Modalidades de ginástica (subdividido em: ginásticas de academia; ginástica esportivizada ou de competição e ginástica de conscientização corporal).

À Unidade *Danças* cabe a discussão voltada à dimensão expressiva das práticas de movimento corporal, que, prioritariamente marcadas pelos movimentos rítmicos, enfatizam o viés estético e simbólico de suas manifestações, considerando, para tanto, os seguintes objetos de conhecimento: (1) Danças do contexto comunitário e regional; (2) Danças do Brasil; (3) Danças de matriz indígena e africana; (4) Danças do mundo; (5) Danças urbanas e danças folclóricas regionais; e (6) Danças de salão, danças teatrais e dança contemporânea.

Na Unidade *Lutas*, por sua vez, cabe o enfoque dos embates corporais caracterizados por situações de ataque e defesa corpo a corpo nas quais são utilizadas técnicas e táticas que visam a atingir, desequilibrar, imobilizar e/ ou excluir o oponente de um determinado espaço de disputa. Nesse caso, seu ensino compreende os seguintes objetos de conhecimento: (1) Lutas do contexto comunitário e regional; (2) Lutas de matriz indígena e africana; (3) Lutas do Brasil; e (4) Lutas do mundo.

Na Unidade *Práticas Corporais de Aventura*, por seu turno, o foco encontra-se na experimentação de movimentos corporais realizados em contato com o ambiente, destacando neste contato a interação entre o ser humano que se movimenta, eminentemente espontâneo e frugal, mediante consideração dos seguintes objetos

de conhecimento: (1) Práticas corporais de aventura urbanas; e (2) Práticas corporais de aventura na natureza.

Busca-se, assim, potencializar a apropriação por parte dos estudantes da Cultura Corporal de Movimento com ela interagindo (aprendendo, refletindo, reconstruindo, ressignificando...) em sua materialidade como práticas corporais. Para tanto, o processo de avaliação das aprendizagens construídas funciona como mecanismo de problematização da ação pedagógica desenvolvida; sobretudo ao considerar como efetivação do processo de ensino e aprendizagem empreendido tanto os processos evolutivos quanto as aprendizagens específicas e características a cada fase desta etapa da escolarização básica (DARIDO, 2003; REIS, 2002 e RODRIGUES, 2015).

Ensinar Educação Física, na etapa do ensino fundamental, significa, portanto, considerar as especificidades de suas fases constituintes, quais sejam: a dos anos iniciais (do 1º ao 5º anos) e a dos anos finais (do 6º ao 9º anos). É importante destacar que o ensino fundamental é a etapa mais duradoura da educação básica, atendendo a estudantes de diferentes faixas etárias, ao longo desse período marcado por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros, e superando as dificuldades da passagem entre etapas da educação básica, como também as fases do próprio ensino fundamental, ou seja, anos iniciais e anos finais.

3.1. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Na fase dos anos finais, observa-se a dimensão do usufruto das práticas corporais sistematizadas em caráter de experimentação/ vivência, apropriação, aprofundamento, ressignificação e reconstrução, situando-as histórica e socialmente na cultura humana em geral e dimensionando-as, como conhecimentos, na vida cotidiana dos estudantes em termos de (a) experimentação, (b) uso e apropriação, (c) fruição, (d) reflexão sobre a ação, (e) construção de valores, (f) análise, (g) compreensão e (h) protagonismo comunitário.

Isso significa dizer que o ensino de Educação Física na escola tem em conta a sistematização das práticas corporais como produções humanas, que, situadas em

seus respectivos contextos históricos e socioculturais, legitimam-se como saberes culturalmente constituídos, articulados no ontem e no hoje de nossas experiências e elaborações com e sobre o corpo humano em movimento; compartilhando, nesse ínterim, sentidos, significados e representações do ser humano que se movimenta. É dessa forma que o Componente Curricular Educação Física busca, mediante articulação entre habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e organização do trabalho pedagógico voltado para a tematização de cada Unidade Temática em seus respectivos objetos de conhecimento, estimular o senso crítico, a autonomia e o protagonismo da compreensão e do usufruto das práticas corporais que compõem seu universo cultural (DARIDO, 2003; RODRIGUES, 2015).

3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

O processo de ensino e aprendizagem de Educação Física no ensino fundamental deve contemplar as seguintes competências específicas:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.

5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

Nesse sentido, constata-se que, ao longo da história da humanidade, sempre existiu uma certa dificuldade em definir o que vem a ser cultura. Dentre várias compreensões do que venha a significar esse termo, sempre se encontra implícita a dimensão da linguagem, o que, conforme foi dito, faz-se essencial à compreensão da Educação Física como componente curricular, fundamentalmente por abranger seus conteúdos de ensino de forma polissêmica e sob os seguintes termos:

O profissional de Educação Física não atua sobre o corpo ou com o movimento em si, não trabalha com o esporte em si, não lida com a ginástica em si. Ele trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humanos,

historicamente definidas como jogo, esporte, dança, luta e ginástica. O que irá definir se uma ação corporal é digna de trato pedagógico pela educação física é a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde se realiza. (DAOLIO, 2004, p.02-03).

Verifica-se, assim, que a Educação Física como componente curricular tem por função abordar pedagogicamente esses conteúdos/ elementos culturais como conteúdos/ saberes escolares a serem ensinados e aprendidos na escola. Isso significa dizer que a agregação da noção de cultura ao ideário pedagógico/ epistemológico da disciplina Educação Física não substitui a dimensão anatomofisiológica que a precedera, mas sim que a envolve e amplia, incluindo-a em uma discussão e descrição conjunturais dos saberes (escolares) referentes ao corpo humano em movimento.

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU
CO**
ESTADO DE MUDANÇA

ORGANIZADOR CURRICULAR TRIMESTRAL

EDUCAÇÃO FÍSICA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

6º ANO

6º ANO - 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Ginásticas	<p>Saberes da Ginástica (A história da Ginástica)</p> <p>Ginástica e Desenvolvimento Humano (Atividade Física, Saúde, Lazer e Qualidade de vida)</p>	<p>Fundamentos gímnicos (saltar, girar/rolar, equilibrar, trepar, balançar/embalar);</p> <p>Fundamentos da aptidão física (práticas de capacidades físicas);</p> <p>Ginástica artística (rolamentos; inversões - paradas de cabeça e de mãos);</p> <p>Ginástica artística (roda e rodante, modalidades, sequências coreográficas, apresentações - festival)</p>	<p>(EF67EF08PE) Vivenciar elementos característicos das diferentes modalidades de ginásticas que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando-as e relacionando-as, às sensações corporais provocadas pela sua prática no que se refere à melhoria da qualidade de vida. Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida)</p> <p>(EF67EF09PE) Elaborar, coletivamente, normas de convívio, que viabilizem a participação de todos, na vivência das ginásticas, resgatando o conhecimento histórico sobre as mesmas enquanto processo de evolução humana.</p>
Danças	<p>Danças urbanas e danças folclóricas regionais</p>	<p>Danças urbanas e danças folclóricas regionais (conceitos, evolução, características); Corpo, espaço e fluência (consciência, expressão e construção corporal em danças urbanas (break, hip hop) e danças folclóricas regionais);</p> <p>Danças urbanas e danças folclóricas regionais (análise de estilos; relação com outras linguagens - sonora, visual, cênica, sequências coreográficas, festival);</p> <p>Danças urbanas e danças folclóricas regionais na comunidade (objetivos, características e influências na e para saúde, lazer, educação, trabalho, cultura e sexualidade);</p>	<p>(EF67EF11PE) Experimentar, recriar e vivenciar danças urbanas e danças folclóricas regionais, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos), em seu contexto histórico, social e cultural.</p> <p>(EF67EF12PE) Sistematizar suas experiências em danças urbanas e danças folclóricas regionais e utilizando-se de estratégias para aprender seus elementos constitutivos.</p>

6º ANO - 2º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Lutas	Lutas do Brasil	Capoeira	<p>(EF67EF14PE) Vivenciar e recriar a capoeira como uma das diferentes lutas do Brasil, reconhecendo-a enquanto patrimônio cultural imaterial e da humanidade, no sentido das ressignificações acumuladas desde seu possível surgimento enquanto necessidade marcial até a sua possibilidade lúdicofestiva, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando-os como oponente.</p> <p>(EF67EF15PE) Planejar e utilizar estratégias básicas da capoeira como uma das lutas do Brasil contextualizando as ressignificações historicamente acumuladas desde seu possível surgimento, respeitando o colega como oponente.</p>
Brincadeiras e Jogos	Tipos de jogos (Jogos esportivos, Jogos cooperativos, e Jogos teatrais)	<p>Jogos de cooperação (diversos);</p> <p>Jogos de improvisação (diversos)</p> <hr/> <p>Doidinho/ bobinho (diversos);</p> <p>Barrinha, tacobol</p>	<p>(EF67EF01PE) Vivenciar individual e coletivamente jogos (esportivos, cooperativos e teatrais), diversos, respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários, valorizando a relevância do trabalho em equipe e o respeito às diferenças e desempenhos individuais em função da sistematização dos conceitos de vitória e derrota como consequências e partes do jogo.</p> <p>(EF67EF02PE) Identificar as transformações nas características dos jogos (esportivos, cooperativos e teatrais), em função dos avanços das tecnologias, e nas respectivas exigências corporais colocadas por cada um desses diferentes tipos de jogos.</p>

6º ANO - 3º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Esportes	<p>Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes, A relação entre Jogo e Esporte e As dimensões sociais do Esporte)</p> <p>Esportes individuais (de marca, técnico-combinatórios e de precisão)</p> <p>Esportes coletivos (de invasão)</p>	<p>Saltos ornamentais; handebol; Nado sincronizado; polo aquático; Patinação artísitica; beach soccer;</p> <p>Ginástica artística, ginástica rítmica; frisbee</p>	<p>(EF67EF03PE) Vivenciar esportes técnico-combinatórios individuais, identificando suas características, criando a partir da vivência de seus fundamentos técnicos, estratégias individuais e coletivas para sua realização, prezando pelo trabalho coletivo e protagonismo.</p> <p>(EF67EF04PE) Vivenciar esportes coletivos de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios analisando e aplicando seus fundamentos técnicotáticos básicos, considerando suas principais regras.</p> <p>(EF67EF05PE) Sistematizar suas experiências e conhecimentos acerca dos esportes individuais e coletivos de marca, precisão, invasão e técnicocombinatórios, adotando estratégias para solucionar desafios técnicos e táticos propostos especificamente em função das modalidades esportivas a serem vivenciadas.</p>
Práticas Corporais de Aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	<p>Comportamento preventivo – normas de segurança e primeiros socorros;</p> <p>Le parkour (histórico, locais de prática, conhecimento corporal, movimentos básicos de equilíbrio e aterrissagem,</p>	<p>(EF67EF18PE) Reconhecer e vivenciar diferentes práticas corporais de aventura urbanas, em evidência na comunidade escolar, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.</p> <p>(EF67EF19PE) Identificar os riscos durante a realização</p>

		<p>rolamentos);</p> <p>Skate/patins (equipamentos, locais de prática, descoberta da base, auxílios e primeiros deslocamentos, deslocamento por impulsão);</p>	<p>de práticas corporais de aventura urbanas, respeitando limites e possibilidades, e apontar estratégias para sua superação.</p>
--	--	---	---

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

7º ANO

7º ANO - 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
<p align="center">Ginásticas</p>	<p>Saberes da ginástica (A história da Ginástica)</p> <p align="center">Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida)</p> <p align="center">Modalidades de ginástica (Ginásticas de academia e Ginástica esportivizada ou de competição)</p>	<p>Evolução histórica e social das modalidades ginásticas;</p> <p>Atividade física x exercício físico (ações gímnicas e alterações fisiológicas);</p> <p>Ginástica rítmica (fundamentos, bases e eixos a mãos livres), manejo de aparelhos - arco, fita bola, maçãs, corda -, oficiais ou alternativos, sequências coreográficas, apresentações (festival);</p>	<p>(EF67EF10PE) Diferenciar exercício físico de atividade física, apontando e experimentando alternativas para a prática das ginásticas dentro e fora do ambiente escolar, considerando os aspectos relacionados à sua historicidade e/ com relação à aptidão física.</p> <p>(EF67EF10XPE) Identificar as diferenças e semelhanças entre as diferentes modalidades de ginástica, discutindo como a prática de cada uma dessas manifestações constituiu-se historicamente como prática social em suas possibilidades e perspectivas de melhoria das condições de vida, saúde, bemestar, prática esportivizada e cuidados consigo mesmo.</p>
<p align="center">Danças</p>	<p align="center">Danças urbanas e danças folclóricas regionais</p>	<p>Danças da mídia/massa (conceitos, evolução, características);</p> <p>Corpo, espaço e fluência (consciência, expressão e construção corporal em danças da mídia/massa - axé, swingueira, funk, brega,</p>	<p>(EF67EF13PE) Diferenciar as danças urbanas e danças folclóricas regionais das demais manifestações da dança, identificando as danças da mídia/massa ao analisar suas características e influências na saúde, lazer, educação, trabalho, sexualidade e cultura, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.</p>

		sertanejo, passinho); Danças da mídia/massa (análise de estilos, relação com outras linguagens - sonora, visual, cênica -, sequências coreográficas, festival); Danças da mídia/massa na comunidade (objetivos, características e influências na e para saúde, lazer, educação, trabalho, cultura e sexualidade)	
--	--	--	--

7º ANO - 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Lutas	Lutas do Brasil	Huka-huka; Luta marajoara; Jiu-Jitsu brasileiro;	(EF67EF14PE) Vivenciar as lutas genuinamente brasileiras (Huka-Huka, Luta Marajoara e o Jiu-Jitsu Brasileiro), valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos(as) outros(as), problematizando preconceitos e estereótipos de gênero, sociais e étnico-raciais relacionados ao universo das lutas corporais nacionais e estabelecer acordos objetivando a construção de interações referenciadas na solidariedade, na justiça, na equidade, na diversidade, na democracia e no respeito. (EF67EF16PE) Identificar os códigos e rituais da capoeira, possibilitando vivenciá-la em suas diversas dimensões interdependentes (gestuais, históricas, musicais, ritualísticas e outras) objetivando destacar suas potencialidades

			<p>enquanto expressões de luta, dança, ginástica, esporte, jogo e outras que possam ser demandadas pelo coletivo.</p> <p>(EF67EF17PE) Identificar preconceitos e estereótipos de gênero, sociais e étnico-raciais relacionados às lutas do Brasil, refletindo e apontando meios para superá-los.</p>
Brincadeiras e Jogos	Tipos de jogos (Jogos de salão e Jogos eletrônicos)	Damas; Jogos digitais (diversos);	(EF67EF01PE) Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos (de salão e eletrônicos) diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários.
			(EF67EF02PE) Identificar as transformações nas características dos jogos (de salão e eletrônicos) em função dos avanços das tecnologias e nas respectivas exigências corporais colocadas por esses diferentes tipos de jogos relacionando-as, às respectivas possibilidades de experimentação/ vivência corporal na escola.

7º ANO - 3º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Esportes	<p>Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes, A relação entre Jogo e Esporte e As dimensões sociais do Esporte)</p> <p>Esportes individuais (de precisão) Esportes</p>	<p>Jogos Olímpicos da Antiguidade; pentatlo moderno; futebol;</p> <p>Jogos Olímpicos da Era Moderna; golfe; futsal; ginástica rítmica;</p> <p>As justas medievais; golfe; handebol; ginástica artística;</p>	<p>(EF67EF06PE) Conhecer e contextualizar as transformações na organização e utilização dos esportes individuais e coletivos, em suas diferentes manifestações (educacional, profissional e comunitário/lazer).</p> <p>(EF67EF07PE) Investigar e propor alternativas para a experimentação dos esportes não disponíveis e/ou acessíveis na comunidade e das demais práticas corporais</p>

	coletivos (de marca, de invasão e técnico-combinatórios)	Os torneios medievais; pentatlo moderno; tiro esportivo; basquetebol; nado sincronizado.	tematizadas na escola.
Práticas Corporais de Aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	<p>Comportamento preventivo (normas de segurança e primeiros socorros);</p> <p>Le parkour (ensino dos saltos, rolamentos, movimentos específicos e transposições);</p> <p>Skate/patins (deslocamento com execução de batidas e deslocamento nos patins, giros de 90° e 180°, Ollie parado – skate -, saltos - patins);</p>	<p>(EF67EF20PE) Vivenciar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público, incorporando a consciência de preservação do ambiente e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços.</p> <p>(EF67EF21PE) Investigar e identificar a origem das práticas corporais de aventura urbanas e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo suas características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos.</p>

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

8º ANO

8º ANO - 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Ginásticas	<p>Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida)</p> <p>Saberes da ginástica (a História da ginástica)</p> <p>Modalidades de ginástica (Ginásticas de academia e Ginástica de conscientização corporal)</p>	<p>Manifestações da ginástica na comunidade (objetivos, características e influências na e para saúde, lazer, educação e trabalho);</p> <p>Ginástica acrobática (pegadas, apoios e equilíbrios - estáticos e dinâmicos -, segurança, pirâmides humanas);</p> <p>Interface das ginásticas com a dança e as práticas circenses (apresentações/ festival);</p>	<p>(EF89EF07PE) Vivenciar e diferenciar um ou mais programas de ginástica, identificando as exigências corporais desses, considerando a importância de uma prática individualizada e coletiva, adequada às características e necessidades de cada estudante ou grupo.</p> <p>(EF89EF08PE) Discutir e contextualizar as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e estética, reconhecendo e analisando criticamente a relação estabelecida entre a sociedade e as questões de gênero, preconceito e/ou discriminação ao considerar a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático e sociocultural).</p>
Danças	<p>Danças de Salão, danças teatrais e contemporânea</p>	<p>Danças teatrais e dança contemporânea (conceitos, evolução, características);</p> <p>Corpo, espaço e fluência (consciência, expressão e construção corporal em danças teatrais - balé clássico, jazz, sapateado - e dança contemporânea);</p> <p>Danças teatrais e dança contemporânea (análise de estilos, relação com outras linguagens -</p>	<p>(EF89EF12PE) Vivenciar danças de salão, teatrais e contemporâneas, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas.</p> <p>(EF89EF13PE) Explorar e utilizar estratégias para se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças de salão, teatrais e contemporâneas.</p> <p>(EF89EF15PE) Analisar as características e elementos (ritmos, gestos, coreografias, músicas, instrumentos, indumentárias e adereços) das danças de salão, teatrais e contemporâneas, valorizando e respeitando suas identidades, em seu contexto histórico, social e cultural.</p>

sonora, visual, cênica -, sequências);

8º ANO - 2º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Lutas	Lutas do mundo	Judô; Karatê; Muaythai; Taekwondo;	(EF89EF16PE) Vivenciar os movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança, respeitando o oponente, refletindo as relações de gênero e marcialidade dentro de uma cronologia temporal e histórico-social destas práticas. (EF89EF17PE) Pesquisar acerca das particularidades socioculturais das lutas orientais (tais como: Judô, Kung Fu, Karatê, Taekwondo, MuayThai, dentre outras) e das lutas ocidentais (tais como: Luta Olímpica, Boxe, Full Contact, Savate, Mixed Martial Arts (MMA), dentre outras), reconhecendo as suas características técnico-táticas e respectivas sistematizações de seus gestos específicos culturalmente estereotipados.
Brincadeiras e Jogos	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares	Elástico, pular-corda; Barra-bandeira, barrinha;	(EF89EFKPE) Pesquisar a historicidade das brincadeiras e jogos populares, resgatando e compreendendo suas origens e evolução ao longo do tempo, refletindo sobre os aspectos socioculturais que influenciaram a criação dos mesmos. (EF89EFWPE) Resgatar, recriar e vivenciar as brincadeiras e jogos populares presentes na infância, como forma de apropriação desse conhecimento e construir um acervo local, acerca desta prática, partindo do resgate destes, adaptando-os para os dias atuais.
	Tipos de jogos (Jogos populares, Jogos cooperativos, Jogos teatrais, Jogos de salão,	Jogos de cooperação (diversos); Jogos de improvisação (diversos); Jogos sensoriais/ motores (diversos);	(EF89EFXPE) Vivenciar, com ênfase no caráter inclusivo, diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo, respeitando e valorizando as diferenças individuais.

	Jogos eletrônicos, Jogos esportivos e Jogos sensoriais)	Jogos de tabuleiro (diversos); Jogos digitais (diversos)	(EF89EFYPE) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a vivência em caráter inclusivo de diferentes brincadeiras e jogos na escola e fora dela, e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.
--	---	--	---

8º ANO - 3º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Esportes	Saberes sobre o Esporte (a história dos esportes, a relação entre Jogo e Esporte e as dimensões sociais do Esporte) Esportes individuais (de combate) Esportes coletivos (de rede/parede, de campo e taco, e de invasão)	Judô; voleibol; basquetebol; Boxe; badminton; futsal; Squash; beisebol; polo aquático	(EF89EF01PE) Vivenciar diferentes papéis da organização dos esportes individuais e coletivos de rede/ parede, campo e taco, invasão e combate (atleta, árbitro e técnico), analisando e aplicando seus fundamentos técnico-táticos básicos, considerando suas principais regras, através da valorização do trabalho coletivo e protagonismo. (EF89EF02PE) Vivenciar esportes de combate, identificando suas características, criando a partir da experimentação de seus fundamentos técnicos, estratégias individuais e coletivas para sua realização, prezando pelo trabalho coletivo e protagonismo. (EF89EF03PE) Sistematizar suas experiências e conhecimentos acerca dos esportes de rede/ parede, campo e taco, invasão e combate, adotando estratégias para solucionar desafios técnicos e táticos propostos especificamente em função das modalidades esportivas a serem vivenciadas.
Práticas Corporais		Comportamento preventivo (normas	(EF89EF19PE) Vivenciar diferentes práticas corporais de aventura

<p>de Aventura</p>	<p>Práticas corporais de aventura na natureza</p>	<p>de segurança e primeiros socorros);</p> <p>Educação ambiental (normas de mínimo impacto);</p> <p>Orientação ao ar livre/trekking (histórico, locais de prática, cartografia, deslocamentos e contagem de passos, manuseio da bússola);</p> <p>Escalada (histórico, equipamentos e tipos de escalada, locais de prática, movimentos básicos, nós);</p> <p>Mergulho (tipos, locais de prática, deslizamento e apneia, consciência corporal, batida de pernas com nadadeiras)</p>	<p>na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural, refletindo a interação com o ambiente e apontar contribuições para minimizar os impactos de degradação ambiental.</p> <p>(EF89EF20PE) Identificar riscos, respeitando limites e possibilidades, criar estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza, assim como, refletir paralelamente as adversidades da vida cotidiana e meios de suplantá-las.</p>
---------------------------	---	---	--

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

9º ANO

9º ANO - 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Ginásticas	<p align="center">Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida)</p> <p align="center">Saberes da ginástica (História da ginástica e conhecimentos sobre o corpo)</p> <p align="center">Modalidades de ginástica (Ginásticas esportivizadas ou de competição e Ginástica de conscientização corporal)</p>	<p>Ginástica e mídia (saúde e estética corporal);</p> <p>Ginástica aeróbica (modalidades - lowimpact, high impact, step training -, sequências coreográficas, apresentações/ festival);</p> <p>Fundamentos das práticas de conscientização corporal e autocuidado - ioga, pilates, eutonia, meditação, tai chi chuan, massagem);</p>	<p>(EF89EF09PE) Discutir e refletir sobre a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de anabolizantes para a potencialização do rendimento e das transformações corporais, reconhecendo suas implicações com relação à segurança e riscos de lesões e/ou à saúde e à vida.</p> <p>(EF89EF10PE) Aprofundar os conhecimentos sobre as ginásticas, identificando suas exigências corporais, relacionando-as às bases (apoios e eixos: longitudinal, transversal e sagital).</p> <p>(EF89EF11PE) Identificar as diferenças e semelhanças entre as diferentes modalidades de ginástica, discutindo suas respectivas práticas como manifestações que podem contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo e com o outro.</p>
Danças	<p align="center">Danças de salão, danças teatrais e contemporânea</p>	<p>Danças de salão (conceitos, evolução, características);</p> <p>Corpo, espaço e fluência (consciência, expressão e construção corporal em danças de salão - forró, tango, valsa, bolero, salsa, lambada);</p> <p>Danças de salão (análise de estilos, relação com outras linguagens -</p>	<p>(EF89EF12PE) Recriar e vivenciar as danças de salão, teatrais e contemporâneas, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas.</p> <p>(EF89EF14PE) Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão, danças teatrais e contemporânea e demais práticas corporais, sugerindo alternativas para sua superação.</p> <p>(EF89EF15PE) Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, teatrais e</p>

		sonora, visual, cênica), sequências coreográficas, festival; Danças de salão na comunidade (objetivos, características e influências na e para saúde, lazer, educação, trabalho, cultura e sexualidade)	contemporâneas, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza	<ul style="list-style-type: none"> · Comportamento preventivo (normas de segurança e primeiros socorros); · Educação ambiental (normas de mínimo impacto) 	(EF89EF21PE) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas, reconhecendo as implicações dos processos de esportivização e mercantilização sobre a sua prática, inclusive, identificando aproximações e distanciamentos existentes entre as Práticas Corporais de Aventura e demais outras práticas corporais estudadas, estabelecendo sentido e significado da relação/ação do homem com a natureza.

9º ANO - 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Lutas	Lutas do mundo	Boxe; Luta Olímpica; MMA;	(EF89EF18PE) Refletir e compreender as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiaticização das lutas, contextualizando-as, valorizando e respeitando suas culturas de origem.

Brincadeiras e Jogos	Tipos de jogos (Jogos esportivos)	Futebol/ futsal; Basquetebol/ handebol/ voleibol	(EF89EFWPE) Vivenciar de forma lúdica os jogos esportivos possíveis de serem realizados na escola e fora dela, adaptando as regras e número de participantes às práticas esportivas oficiais, respeitando e valorizando o outro.
		Basquetebol/ Handebol/ Voleibol; Futebol/ futsal/	(EF89EFXPE) Vivenciar os fundamentos dos esportes coletivos, assim como suas regras e sistemas táticos através de atividades lúdicas, refletindo e discutindo os seus significados e funcionalidade em regime de jogo. (EF89EFYPE) Ampliar as atividades pré-esportivas que trabalhem coordenação motora, equilíbrio, ritmo, lateralidade e habilidades manipulativas.

9º ANO - 3º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Esportes	Saberes sobre o Esporte (a história dos esportes, a relação entre Jogo e Esporte e as dimensões sociais do Esporte) Esportes individuais (de combate) Esportes coletivos (de	Jogos Olímpicos de Verão; boxe; futebol/futsal; tênis/ tênis de mesa; Jogos Olímpicos de Inverno, taekwondo; handebol/basquetebol; voleibol/vôlei de praia; Jogos Paralímpicos; esgrima; badminton/ peteca;/rúgbi/futebol americano;	(EF89EF04PE) Aprofundar suas experiências e conhecimentos acerca dos esportes individuais e coletivos de rede/parede, campo e taco, invasão e combate. (EF89EF05PE) Investigar e contextualizar as transformações históricas do fenômeno social esporte em suas dimensões sociais de materialização (educacional, profissional e comunitária/lazer), refletindo sobre problemas contemporâneos (doping, corrupção, violência, etc.), analisando suas influências mercadológico-midiáticas.

	rede/parede, de campo e taco, e de invasão)	Legados de megaeventos esportivos; karatê; taekwondo; futebol/futsal/handebol/basquetebol; voleibol/ vôlei de praia; tênis/ tênis de mesa, badminton/ peteca	(EF89EF06PE) Explorar locais disponíveis na comunidade para a vivência de esportes individuais e coletivos, bem como para as demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.
Práticas Corporais de Aventura	Práticas corporais de aventura na natureza	Comportamento preventivo (normas de segurança e primeiros socorros); Educação ambiental (normas de mínimo impacto); Corrida de orientação (deslocamentos em área de mata contagem de passos, manuseio da bússola, azimutes); Escalada (escalada em top rope e boulder, içamento de cargas, nós); Surf (histórico, locais de prática, modalidades, posição fundamental, deslocamentos na água, tipos de remada)	(EF89EF21PE) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas, reconhecendo as implicações dos processos de esportivização e mercantilização sobre a sua prática, inclusive, identificando aproximações e distanciamentos existentes entre as Práticas Corporais de Aventura e demais outras práticas corporais estudadas, estabelecendo sentido e significado da relação/ação do homem com a natureza.

PERNAMBUCO

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2017.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Educação Especial-INEP. **Procedimentos de Elaboração do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 1997.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Educação Física. Ensino Fundamental**. Brasília, 1998.
- DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- DARIDO, S. C. **Educação física na escola: questões e reflexões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- ELIAS, N. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- LUCENA, R. F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas. Educação Física: Ensino Fundamental/Ensino Médio**. 2008.
- _____. Secretaria de Educação. **Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco: parâmetros curriculares de educação física – ensino fundamental e médio**. Recife, 2013.
- _____. Secretaria de Educação. **Parâmetros para a educação básica de Pernambuco: parâmetros na sala de aula: educação física – ensino fundamental e médio**. Recife, 2013.
- REIS, M. C. C. **A identidade acadêmico-científica da educação física: uma investigação**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, 2002.
- RODRIGUES, J. R. B. **Base nacional comum curricular – educação física (referencial teórico)**. Texto introdutório elaborado como fundamentação para o planejamento e realização de Encontros de Formação Continuada de Professores de Educação Física da Rede Pública Estadual de Pernambuco – UEFAF/GEPAF/SEDE/SEE-PE. Recife, 2015.
- _____. **A relação teoria-empíria (ou teoria x empíria?) nas aulas de educação física**. Texto didático elaborado para sistematizar as discussões e reflexões travadas

nas aulas da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física III da Faculdade Salesiana do Nordeste. Recife, 2016.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR

TITULARES

Ana Coelho Vieira Selva
Frederico da Costa Amâncio
Manuel Messias Silva de Sousa
Maria Elza da Silva
Ricardo Chaves Lima
Sônia Regina Diógenes Tenório

SUPLENTES

Abraão Barbosa da Silva
Arthur Ribeiro de Senna Filho
Cláudia Roberta de Araújo Gomes
Claudison Vieira de Albuquerque
Shirley Cristina Lacerda Malta
Vaneska Maria de Melo Silva

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CURRÍCULO

Ana Coelho Vieira Selva
(Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

Sônia Regina Diógenes Tenório
(Vice Presidente da UNDIME/PE)

ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

Adriana Maria das Neves

ANALISTA DE GESTÃO

Beatriz Lobato da Silva

COORDENAÇÃO DE ETAPA

José Pereira de Assis Filho
Rosinete Salviano Feitosa

TEXTO INTRODUTÓRIO

REDATORES

Alison Fagner de Souza E Silva
Ana Coelho Vieira Selva
Anair Silva Lince Melo
Ângela Cristina Pascaretta Gallo
Cláudia Mendes de Abreu Furtado
Cláudia Roberta de Araújo Gomes

Dayvi Santos
Durval Paulo Gomes Júnior
Edney Alexandre de Oliveira Belo
Evandro Ribeiro de Souza
Evanilson Alves de Sá
Geny Pereira Mendes

Josebias José dos Santos
Marcos Aurélio Dornelas da Silva
Maria Cândida Sérgio
Maria do Carmo de Oliveira
Maria Jussara de Oliveira
Marieta Pinho Barros
Marinaldo Alves de Souza
Miguel Rodrigues Menino

ENSINO FUNDAMENTAL

LEITORES CRÍTICOS

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues
Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti
Zélia Granja Porto

LÍNGUA PORTUGUESA

REDATORES

Ana Maria Morais Rosa
Bernadete de Andrade Sotero
Danielle da Mota Bastos Alves

Naedva Santiago Burgos
Nelino Azevedo de Mendonça
Shirley Cristina Lacerda Malta
Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva
Suzana Maria Brainer
Suzane Bezerra de França
Vera Lúcia Braga de Moura
Vitória Teresa da Hora Espar

REVISÃO

Ana Carolina Ferreira de Araújo
Jamersson Marcelino da Silva
Salmo Sóstenes Pontes
Samuel Lira de Oliveira

LEITORES CRÍTICOS

Diego Bruno Barbosa Felix Geam Karlo
Gomes Hérica Karina Cavalcanti De Lima
Jaciará Josefa Gomes
Jailson de Oliveira da Silva
Jailton Ferreira de Oliveira
Jamesson Marcelino da Silva Maria Clara
Catanho Cavalcanti
Maria da Conceição B. de Albuquerque
Maria da Conceição Gonçalves
Maria Luisa Araújo Guimarães
Patrícia Roberta Almeida
Salmo Sóstenes Pontes
Samuel Lira de Oliveira
Sérgio Claudino de Santana
Wanda Maria Braga Cardoso

EDUCAÇÃO FÍSICA

REDATORES

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues

Marcel Anderson Ferreira

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre Araújo Albuquerque

Ana Paula Leandro

Dayana da Silva Oliveira

Denis Foster Gondim

Fábio Marques Bezerra

Henrique Kohl

Marcos André Nunes Costa

Suelen Wanessa Oliveira

Verônica de Moraes dos Santos

LÍNGUA INGLESA

REDATORES

Adriana Santos Lima

Socorro Regina de Souza Conrado

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre José Figueiredo Lippi

Ana Carolina Ferreira de Araújo

Jamesson Marcelino da Silva

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho

Márcia Telma Pereira da Silva

Maria Valéria Pontes Guerra

Marília Sheyla Domingues G. Yachoua

Rozineide Novaes Ferraz

Vinicius Gomes Pascoa

ARTE

REDATORES

Rafaella de Mélo Cavalcante

Ricardo Luiz da Silva Freire

LEITORES CRÍTICOS

Ana Paula Leandro da Silva

Frederico do Nascimento

Guilherme Panho

Maria Cristina Francelino Sena

Simoni Pimentel Ly

MATEMÁTICA

REDADORES

Fabio Belarmino Bezerra
Mariluce Maria da Silva
Regina Celi de Melo André

LEITORES CRÍTICOS

Abraão Juvêncio de Araújo
Adalberto Teles Marques
Ana Amara da Silva
Anderson Marcolino de Santana
Bruno Simões da Costa Guimarães
Cristiane de Arimatéa Rocha
Demóstenes Soares Pessoa
Fabiana dos Santos Faria
Givaldo da Silva Costa
Iran Rodrigues de Oliveira
Isaías Júlio de Oliveira
Ítalo Moras de Melo Gusmão
Jaelson Dantas de Almeida
José Ivanildo Felisberto de Carvalho
José Ricardo Machado Castro
Lúcia de Fátima Durão Ferreira
Marcelo Câmara dos Santos
Marilene Rosa dos Santos
Miguel Rodrigues Menino
Rosa de Fátima Gomes Cavalcanti

CIÊNCIAS

REDADORES

Jacineide Gabriel Arcanjo
Maria Selma Augusta de Melo
Monica Dias do Nascimento

LEITORES CRÍTICOS

Guilherme de Coimbra Santos
Josefa de Abreu Aguiar Galvão
Maria de Fátima de Andrade Bezerra
Renato Lima da Silva Barros
Sandra Vasconcelos Oliveira Silva
Sueli Tavares de Souza Silva
Suzane Bezerra França

GEOGRAFIA

REDATORES

Carlos Antônio Avelar de Melo
Sônia Magali Alves de Souza

LEITORES CRÍTICOS

Alcione Cabral dos Santos
Gabriela Monteiro Cabral de Arruda
Gisélia Maria Sátiro
Rosalia Soares de Sousa

HISTÓRIA

REDATORES

Maria Lúcia Cavalcante
Wagner Geminiano dos Santos

LEITORES CRÍTICOS

Délio Roberto Freire
Juliana Alves de Andrade
Marta Maria de Andrade Lima
Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Pablo Henrique Spíndola Torres
Zuleica Dantas Pereira Campos
Prof. Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti
Prof. Dra. Mariana Albuquerque Dantas

ENSINO RELIGIOSO

REDATORES

Constantino José Bezerra de Melo
Rosalia Soares de Sousa

Wellcherline Miranda Lima

LEITORES CRÍTICOS

Maria da Conceição Barros Costa Lima
Marize Messias Barbosa Ribeiro

Colaboradores

TEXTO INTRODUTÓRIO

Aclécia Alves de Oliveira
Adélia de Assis Mousinho Leite
Adonias José da Silva
Adriana Higino de Oliveira Trovão
Adriana Maria Alves da Silva Lopes
Adriana Rodrigues da Silva
Adriano Ricardo da Silva

Alexsandra Felix de Lima Sousa
Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto
Ana Célia Bulhões de Albuquerque
Ana Cláudia Medeiros Soares
Ana Cristina de Barros Amaral
Ana Cristina de Oliveira Silva

Ana Lúcia Barbosa dos S. Paes de Souza
Ana Lúcia Lopes da Silveira
Ana Maria Xavier de M. Santos
Ana Nery da Silva
Ana Paula de Medeiros Paes
Ana Regina Torres S. Santos
Ana Tereza de Aquino
Anderson Leonardo de Araújo Silva
Andreia Limeira Brito Loiola
Anselmo Aparecido de Lemos
Antonio Carlos Pereira
Aparecida Barbosa da Silva
Áurea Maria Costa Rocha
Avany Pereira Barbosa
Bruno Bezerra dos Anjos
Carla Patricia de Brito Granja
Carlos Eduardo Barbosa Alves
Cícera Cruz Leite Pereira
Cinderlândia Paula Gameleira
Cintia Cristina Targino de Carvalho
Claudete da Silva Barbosa
Cláudia Barroso Silva de Souza Sá
Claudinês de Carvalho Mendes
Cleidimar Barbosa dos Santos
Clemilda Dias de Souza
Darllene Virgínia Ribeiro dos Santos
Dulcinéia Iva da Silva
Edilene Maria Gomes da Silva
Edinéa Barbosa Cordeiro
Edla Soares
Edvania Arcanjo de Nascimento Barros
Egineide Edilene S P de Lucena
Eliete Ferreira Oliveira de Paula
Eliete Marques de Oliveira Souza
Elkydóritt da Silva Santos
Enilson Quintino de Assis
Erk Sonia Alves dos Santos
Evanilson Alves de Sá
Fabiana Moraes Rito
Fabiana Santos Silva
Flávia Veras Pereira Xavier
Francineide de Souza Maia Sá
Francisca de Jesus Flor Pereira
Francismar de Jesus Flor Pereira
Gilvando Gabriel Arcanjo
Gilvania Muniz Oliveira Veloso
Helena Patrícia da Silva C. Albuquerque
Herlan José Tenório Ferreira
Iolanda Maria dos Santos Sá
Iracema Dantas dos Santos Alves
Ivanice Fernandes de Q Viana
Jakeline dos Santos Arcanjo
Janaína Bezerra de Souza
Jeannine Aládia Macêdo dos Santos
Sales
Jerusa dos Santos Moura
Jocileide Bezerra de Oliveira Carvalho
José Ferreira de Castro
José Luciano Tenório da Silva
José Paulino Peixoto Filho
Joseana Feitosa Dantas
Josefa Josiana Bezerra Brito
Joselayne Dayse de Souza Santos
Joselito Alves Arcanjo
Josenilda dos Santos Silva
Josineide Lira Pimentel de Vasconcelos
Josivânia Gomes da S. Nascimento
Jussara Bezerra Mergulhão
Kátia Monteiro da Silva
Laudijany Duarte Ferreira Soares

Lúcia de Fátima Freitas Faelante
Luciano Luíz Lopes
Lucilene Gomes da Silva
Lucimery Cavalcante M. de Oliveira
Lurdinalva Pedrosa Monteiro
Marcia Leocadia D. Amorim Rodrigues
Marcia Peres Alencar Cruz
Marcilene Maria de Lira Siqueira
Margarida Lacerda do Amaral Neta
Maria Alves Galdino
Maria Angélica Alves Dantas
Maria Aparecida Costa da Silva
Maria Aparecida Freire de O. Couto
Maria Aparecida Gomes Ferreira
Maria Claudiana da Silva
Maria Conceição Santos e S. Silva
Maria Cristina do n. Silva Brandão
Maria da Conceição da Silva Pereira
Maria da Glória Carlos de Araújo
Maria de Fátima da Silva Nascimento
Maria de Fátima de Santana
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Ramos de Queiroz
Maria de Lourdes Moura Fonseca
Maria Dilma Marques T Novaes Goiana
Maria do Carmo de Oliveira
Maria do Socorro Batista Duarte
Maria do Socorro de Souza Freire
Maria do Socorro Modesto Valões
Maria do Socorro Valois Alves
Maria Edvânia da Silva Cavalcanti
Maria Erica de Oliveira
Maria Eugenia Nunes Bastos Sá
Maria Eunice de Matos Souza
Maria José da Conceição Silva
Maria José Ferreira da Silva
Maria José Henrique da Silva
Maria Magdala Lima Rodrigues
Maria Nereide Martins Araújo
Maria Rejane Campos Pereira Freitas
Maria Zélia J. de Araujo Galdino
Marileide Rosa de Oliveira
Marilene Rosa dos Santos
Marta Barbosa Travassos
Marta Lúcia Silva de Melo
Marta Maria de Lira
Marta Maria Silva dos Santos
Mayara Cyntia Pereira Mendes
Michelly Silva França Nascimento
Mizia Batista de Lima Silveira
Mônica da Silva Marques
Nádja Cristina Freire
Natsha Ferraz Canto Pessoa de Luna
Nilma Lúcia de Sales Silva
Noêmia Karina Araújo da Silva
Odair José da Silva
Paula Joelma Soares Ferreira
Reginaldo Araújo de Lima
Rilma Lêda Macário
Rivaldo José Barbosa Alves
Rosangela da Costa Castro
Rosileide Gomes Pereira de Melo
Rosilene Braz da Costa
Rosilene Braz da Costa
Sandra Albuquerque de Souza
Sandra de Souza Gusmão
Selma Medeiros de Araújo Aguiar
Silvana Alves Teixeira
Silvana Maria Brainer
Silvia Helena Vasconcelos da Silva

Sílvia Maria Lopes de Oliveira
Simone da Silva Guimarães
Simoni Patrícia Sena da Silva Campos
Sinmonia Ribeiro de Arruda
Solange da Silva Batista Lopes
Sonia Regina Diógenes Tenório
Suelly Bezerra
Sylmara Kélbya Silvestre Wanderley

Tarcísia Rose de Souza Farias
Tayanne Rafaely Lima e Silva
Valdenice da Silva
Valéria Conegundes Barbosa Marques
Valmira Matias da Silva Santos
Vanda Maria Rodrigues Garcez
Veridiana Carvalho de M. e Brito
Vitória Tereza da Hora Espar

LÍNGUA PORTUGUESA

Adailton Brandão de Melo
Adicélia Mércia Araújo
Adriana Henrique Alves Pereira
Adriana Kelly M. Cavalcanti
Aisllane Maraisa A. dos Santos
Alessandra dos Santos Laurindo
Ana Cláudia Medeiros Soares
Ana Freire Vilela
Ana Marcia dos Santos
Ana Maria da Silva
Ana Markdalva Pires de Moura
Ana Paula B. dos A. Lima
Ana Paula Moreira de Albuquerque
Ana Paula Souza Bezerra
Ana Tereza de Santana
Anderson José Alacoque Dias
Andrea Cristina de Santana
Andréa Giordana de C. Barbosa
Andrea Maria da Silva
Andreza Rejane N. O. Souza
Ângela Maria dos Santos
Atalia Barbosa e Silva
Audenice Coelho Cavalcanti
Auriclecia Pereira de Souza

Aurikelly Alves de Paiva Souza
Carla Barbosa de Sá Leal
Cesar Murilo Cordeiro da Silva
Cibele Farias de Araújo
Cícera Freitas Miranda
Cícera Maria de Araújo Santos
Cinthia Henrique Galindo
Cirlyne Rossana do S. V. de Oliveira
Cláudia Nunes de Assis
Clicidauba Farias da Anunciação
Cristiane Severina da Silva
Daniela C. da Silva Ferreira
Daniella Cavalcante Silva
Dayvesson Deleon B. da Silva
Diana Gomes Ferreira
Diana Pereira Costa Alves
Doralice de Miranda Lima
Duciane Maria Guedes
Dulcicleide Maria Bezerra
Edgar José de Barros Dias
Edilene Maria da Silva
Edilma Couto de Miranda Amorim
Edinéia Maria do Bonfim Silva
Edmar Roberto Silva

Edna Batista Siqueira
Edna Maria da Silva Santana
Édna Maria Lira dos Anjos
Eduardo Luís Silva Pina
Elayne Michelle A. Aragão Albério
Elieth Quirino de Sá
Elineide Alves dos Santos
Elineide Pereira Oliveira
Elisiária Maria Gomes de Melo
Elizama de Lima
Elizângela Conceição Lourenço de Gomes
Elizângela Soares do Nascimento
Elyne Paiva de Morais
Emanoel Jackson Lisboa
Emanuel Artur de Albuquerque
Emanuele Ferreira de Melo
Erasmus Carlos Gonçalves Damasceno
Erica Daniela Borba
Eva Coelho Rodrigues de Melo
Ezilda Cavalcanti Vasconcelos
Fábia Soraia Gomes
Fábio Pereira de Lira
Filomena Maria de Souza Yoyô Ferraz
Flávia Cristina dos Santos
Francisca E. Guedes da Silva
Francisca Eleneide de Sá
Francisca Rosselene Rodrigues Coelho
Geam Karlo Gomes
Geysa Lidiane de Lira
Gilka Nascimento de Novaes
Gilsakleide Verissimo Ferreira
Girândia da Conceição de Souza Ferreira
Girânia da Conceição de Souza Ferreira
Guiomar Alves de Sá Neta
Helena Santos Freire Lima
Heloisa Helena Gomes Ramos
Hildebrando Lino de Albuquerque
Ieda Alves da Silva Mariano
Inalda Jasmelina da Silva
Ireneide Lucas Santos
Iranilda Maria Ribeiro da Silva
Isabel de Souza Figueirêdo
Ivanice Fernandes de Q. Viana
Ivanilda Cavalcante do Nascimento
Jacira Bezerra Ferraz
Jacilene Gomes de O. Torres
Jacilma Batista de Melo
Jamil Costa Ramos
Jaqueline Gomes da Silva
Jaqueline Sales da Silva
Jarmesson Marcelino da Silva
Jatinan da Silva
Jefferson Alves da Rocha
Jodyza Silvana da Silva
Joelha Gomes da Luz
Joelma de Melo Torres
José Augusto Pereira da Silva
José Bruno da Silva
José Messias Pinto dos Santos
Joseane Maria do Nascimento
Josefa Joelma dos Santos
Josefa Rocha de Souza
Josemar Barbosa de Almeida
Josiane Maria da Silva
Joyce Vieira Galindo
Jucelia Henrique da Silva
Junielson Laurentino Duarte
Karla Magalhães Freitas
Karla Roberta Ferreira da Silva
Katia Simone Rodrigues Pereira Lima

Kleonara ferreira da Rocha
Kleonara Ferreira da Rocha
Lediana Costa Marques
Ledjane Maria Alves Oliveira
PÁGINA 595
Leutânia Gomes Oliveira
Lilian Jordão Pessoa Duarte
Liliane Alves de Oliveira
Lucia Ribeiro de Vasconcelos
Luciana Cristina Vilarim da Silva
Lucille Maia Batista
Luedna Sheyla C. Cavalcante
Luiz Antonio B. do Nascimento
Lutiane Duarte Souza
Magdalha Gomes Gonçalves
Marcella Cristina Gomes
Marcia Helena de Freitas
Marciana Gomes Falcão Alves
Marcio Alessandro de Melo
Maria Conceição Gonçalves Ferreira
Maria Adriana Moraes da Silva
Maria Andrade da Silva Noia
Maria Aparecida da S Maia Rodrigues
Maria Aparecida de Melo
Maria Aparecida Ferreira da Silva
Maria Aparecida Morato
Maria Betânia da Silva
Maria Cecilia Nunes
Maria Celene Muniz Andrade
Maria da Conceição Borba de
Albuquerque
Maria da Conceição S. Gomes
Maria da Conceição Souza
Maria da Soledade Barbosa
Maria de Fátima R. de S. Marques
Maria de Lourdes Gomes lins
Maria do Carmo Pimentel
Maria do Socorro da Silva Sobral
Maria do Socorro de Sá Pereira
Maria do Socorro Ribeiro
Maria do Socorro Silva
Maria Edilene
Maria Emilia Andrade Rodrigues de Ó
Maria Estelita de Araújo Ferreira
Maria Gorett S. Andrade da Costa
Maria Itamar Gomes
Maria José da S. Baltazar
Maria José da Silva
Maria José Marques Portugal
Maria Laurismar Paulino
Maria Lucia Lira da Silva
Maria Luiza Araújo
Maria Madalena C. de Brito
Maria Maricélia Muniz da Silva
Maria Neuza Leite Herculano Barros
Maria Nubia de Jesus
Maria Rejane da Silva
Maria Santana Aguiar Souza
Maria Selma Nepomuceno da Silva
Maria Simone Araújo de Oliveira
Maria Vaneide de melo Santana
Mariajanete Sousa Silva
Marijane Alves Andrade
Marizelda Inácio Guedes dos Santos
Marleide da Rocha Moura
Marluze de Oliveira Ferro Vianna
Maysa Niedja Guimaraes
Michelle de melo Ferreira
Miriam Alves dos Santos
Mislene dos Sandos Diniz

Mônica Fernanda dos S. Dias
Monica Patricia da Silva pires
Nadja Xavier Silva
Neuza Maria Pontes de Mendonça
Nívea Clea Alves Galindo
Oremir Arruda da Silva
Palmymeque Benicio Cavalcanti
Patricia Roberta A. Almeida
Patricia Roberta Aves Xavier
Paula Cesielle Tenório Ferro de Andrade
Paulo Roberto de Farias Souza
Prisciana Renata Galvão de Oliveira
Raimunda Souza da S. Barros
Ranuze Mercês da Silva
Rejane Silva da Costa
Renato Lira Pimentel
Risonete Barbosa de Assis Souza
Rita Auxiliadora Costa
Rita de Cássia Santana da Silva
Rivoneide Pereira de Souza
Rizolanda Luiza Vauthier
Robério nunes Cavalcante
Rosa Edite Moreira Gonçalves
Rosemere Gonçalves de Oliveira
Rute Maria da Costa
Salmo Sostenes Pontes
Samuel lira de Oliveira

Sandra do Socorro Oliveira de Alencar
Sandra Jaciara Lopes
Sandra Monica V. lima
Shirley Bianca S. D. Vicente
Silma Diniz Bezerra
Simone Aparecida de Sá
Simony de Cácia Arruda
Solange Leite Costa
Stella Marcia de Alencar
Susana Danielle Prado de Andrade
Sydcleide da Silva Novaes
Tâmara Viviane Oliveira
Tamires Cristina Ribeiro
Thais Maria Cecilia
Thaís Maria Ceclia da Paz
PÁGINA 596
Valentins Avelino Viana Neto
Vanderlania Marciana de Souza
Vanúbia Carla da Silva
Verônica de Almeida Calado
Viviane Cristina de Lima Freitas
Viviane da Silva Ferreira
Viviane Maria da Silva
Wagner Alves de Almeida
Wagney Alves de Almeida
William Francisco da Silva
Zildete Aparecida Milfont Modesto

EDUCAÇÃO FÍSICA

Ailton José dos Santos Silva
Alessandra de Oliveira Andrade
Alexandre Ferreira Paes de Lira
Alysson da Rocha Silva
Ana Roberta Wanderley Coutelo

Anderson Viana da Silva
André Correia de Lima Pontes
André Gustavo F. M. de M. Araújo
Antônio Carlos Gomes Martins
Antonio Dionísio Marques

Antonio Francisco do Rêgo Netto
Antonio Gilnadson Lopes de Sá
Aureni Nogueira de Santana
Aurilene de Araújo Galindo
Auzani Alves Ferraz de Castro
Carla Camila S. dos Santos
Cinthia Rafaelly Campos de França
Cláudio Antônio F. de Lima
Cleides Rodrigues de Lima
Clesia Carneiro da Silva
Clovis Artur do Nascimento Júnior
Cristiano Dias de Carvalho
Cristiano Robson Nunes de Melo
Daniel Oliveira de Almeida
Danilo Amaro da Silva
David Alves Torres
David de Lima Ramos
Dayse Lucy Lima Ramos de Meneses
Dêmeson Gomes da Silva
Denilson Rocha de Brito
Diógenes Domingos Vieira
Dojival Pereira da Silca
Douglas Rodrigues Torres
Eder Leite Cardoso Barbosa
Edson Murilo A. de Holanda
Edvânia Barros Correia do Nascimento
Elton Carlos Bezerra Horas
Emmanuela de Lourdes de Araujo Albino
Enaile de Albuquerque Brito
Erasmus Vieira do Nascimento
Fernando de Barros e Silva Júnior
Flávio Henrique de M. S. Chaves
Francisco Eduardo Gomes Mororó
Genival Manoel de Andrade
Geová Barbosa de Oliveira
Geovan Batista da Costa
Geraldo Anacleto da Silva
Girleine Monique de Moraes Silva
Glaucio Ricardo Ribeiro
Hélio Andrade dos Santos
Heloise Manso Ferreira
Henrique Cícero Cordeiro da Silva
Igor Ruan Soares da Silva
Isabella Pedrosa de A. Rodrigues
Isaias Ferreira Tavares
Jameire Mônica da Costa Sousa
Janaína Barbosa de Almeida
Janine Furtunato Q. Maciel
Januce Lima de Carvalho Roseno
João Ferreira Marques Filho
João Victor Tavares Cavalcante
Joelma Dantas Braga
Jonas Rogaciano da Silva
José Carlos do Nascimento
José da Cunha Silva Júnior
José Djailson da Silva
José Evaldo Gomes dos Santos
José Joeldson Gomes
José Maria da Silva Júnior
José Romero de Souza Barros
Juliane Suelen Gonçalves Rabelo Galvão
Júlio Cesar de Lima Barbosa
Julio Cesar Silva Siqueira
Jurandir Francisco da Silva
Karla Emmanuely Alves Santos
Karla Simone de Carvalho Capengue
Kathyússia Dináh Vieira da Silva
Katia Lopes Ferreira
Katuscha Gantois Massa D. dos Santos
Lindinalva Leite Mariano Rodrigues

Luiz Henrique Araújo
Luiza Carla dos Santos
Luziara da Silva Costa
Mallu Dias Soares
Manoel de Queiroz Lima Neto
Marcello Raphael Tavares Martins
Marcelo Menezes de Souza
Maria Betânia Ferreira dos Santos
Maria das Dores Marcolino de Santana
Maria das Dores Marcolino de Santana
Maria Dayse da Silva
Maria de Fátima Veloso Ferreira da Silva
Maria Eduarda Felipe Alves
Maria Eutália Gomes de Matos Mesquita
Maria Solange Nascimento Vilela
Maria Zildaneide Gonzaga
Marinaldo Clébson de Lima e Silva
Marizalva Aguiar de Araújo
Nadja Maria Silva Paulino
Neci Zeferino de Santana Filha
Odair José de Farias Lima
Otaliane Almeida Tenório de Lima
Patrícia Cristina Ferreira Maia
Patrícia Galvão da S. Jota
Patrícia Morgana Andrade Santana
Pedro Botelho de Oliveira
Plinio Raphael Almeida Leite
Pricila de Assis Lima
Rafael Lenilson dos Santos
Rafaelly Teixeira Monteiro
Rayane Thaís Caitano

Rebeka Marina Rocha Sales
Rhandsson Alcântara
Rivone Freitas de Lima
Robson Pedro da Silva
Rosenilda Nunes da Silva Melo
Rosilene Menezes de Castro Barbosa
Sergio Menezes Dias
Silvana Cristina Ramos de Brito Almeida
Simone de Fátima Araújo de O. Figueredo
Sônia Maria de Melo
Suellen Wanessa Oliveira da Silva
Suzana de Souza Ferreira
Suzi Alves Amaro Carneiro
Tatiany Leal Santos
Terezinha Abel Alves
Tiago André Ferreira
Tiago Leite Ramos
Valdemir Almeida Diniz
Valdemir Almeida Diniz
Valdemiro Barros
Valdenice de Melo
Valdir Bezerra da Silva Souza
Valeria Ramos Oliveira de Sousa
Veronica de L. Beltrão de Oliveira Mendes
Verônica de Moraes dos Santos
Verônica Machado Lins
Viviane Maciel de Gouveia
Wanderson Rafael da Silva Gonçalves
Wesley Patric Alexandre Soares
Wilka Aparecida Rodrigues Bezerra
Willyvania Maria da Conceição Fontes
Zelma Vieira Demelo Loureiro Ferreira

ARTE

Adeilza de Souza Ramos

Adriana de Fátima Aguiar Araujo Marinho

Aiane Cristina de Souza Leite
Alex Gomes de Souza Nunes
Aline Cristina dos Santos Magalhães
Ana Lucia Rocha de Souza Godoi
Ana Patrícia Avelino de Souza Barros
Ana Paula Carneiro dos Santos
Ana Paula Leandro da Silva
Anderson Carlos Moura Rodrigues
André Vasconcelos de Arruda
Andrea Karla Lina e Silva
Angelina Bandeira de Sousa Santos
Antero Madureira Ferreira
Antonio Fernando da Silva
Beatriz Cássia da Silva
Carmelúcia Ferreira de Souza
Carmem Maria Soares Galvão
Célia Teixeira Vitor da Silva
Celiane Maria da Silva
Cristiana Maria S. Lopes de Lima
Deyze Alexandrino da Silva
Dulcineide Coelho Bezerra
Edna Alves da Silva Santos
Edna Pereira da Silva Rosa
Edylla Maria Pereira Costa
Elenilda Bezerra da Silva
Eliane Alves de Souza
Elineide Maria Vilela de Melo Silva
Elisafã Menezes Adriano
Elisângela de Moraes Araújo
Elizangela Machado Araújo
Elizângela Paz Paiva
Erissandra Almeida de Melo
Etiene Maria Da S. Souza
Francielba Paiva Leite
Francisco de Assis Gouveia
Francisco Ilacicio Pereira da Costa
Genivalda Bastos da Silva
Giane Siqueira Barbosa Souza
Gielba Lira da Silva
Gilvan Assis de Araújo
Gustavo Rogério S. de Araújo
Iolanda de Barros Silva Tenório
Janaína Vieira I de Santana
Jeandia Yucaid Rodrigues Tenório
Joelma Gonçalves de Melo Vilaça
Joelma Nunes Honorato de Macêdo
José Emanuel de Barros Aquino
José Roberto Barbosa de Amorim
Josefa Andrade do Nascimento
Jussara Bezerra Magalhães
Laize Carla Simoes Pimentel
Laurinalva Maria Pinto Nascimento
Lenira Alexandre de Lima
Lenôra Maria A. S. S. Farias
Lílian Maria Simoni W. de Moraes
Lindinalva Maria Costa Andrade
Lindinalva Vicente de Almeida Santos
Luciana Alves da Silva
Luciana Maria da Silva
Lucicleide Alves Alexandre da Silva
Mabel Milany Leão
Madileine Maria Alves
Maicon Adalberto da Silva Costa
Marcelo Cordeiro de Queiroz
Marcia Alves Silva
Maria Alcione de Siqueira Falcão
Maria Alves Silva
Maria Aparecida Coelho de Araújo
Maria Auxiliadora de Almeida
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu

Maria Celeste de Almeida Sá Barreto
Maria Cilene Belarmino O de Paula
Maria Cristina Francilino Sena
Maria das Graças da Silva
Maria de Fátima Gomes Couto
Maria de Jesus da Silva
Maria de Lourdes Gomes Santos
Maria do Rosário Ferreira de Oliveira
Maria do Socorro Brito de Mendonça
Maria do Socorro Gomes de Lima Lira
Maria Elidiângela da Silva
Maria Ivete de Vasconcelos Camelo
Maria José Pereira Diniz
Maria Lucinete de Oliveira Lima
Maria Madalena Lopes da Silva
Maria Mercês de Oliveira Silva
Maria Naedja Pinheiro de Carvalho
Maria Niédja das Neves Alves
Maria Olívia Pinheiro Evangelista
Maria Rúbia Viana de Freitas
Maria Suely Fonseca do Nascimento
Marileide Esbaltar da Silva
Marlene Barbosa da Silva
Marlene Maria da Silva
Mary Ruth S. Gomes
Neide Gonçalves dos Santos Torres
Otaciana Nogueira Aciole Paulino
Patricia Maria da Silva Santos
Paula Francinete Rodrigues G. Valdevina

Paulo Henrique Phaelante Camara Lima
Pedro Paulo da Silva
Regina Lúcia Viana C. De Souza
Rejane Barros de Albuquerque
Rejane Maria Pereira Antas
Richelly Cavalcanti de Sousa
Rita Maria de Oliveira
Rízia Firmino da Silva Tavares
Rogerio Guimarães de Souza
Ronaldo da Silva
Rosangela de Oliveira
Sandarina Alves Vicente
Sandra Eliene Ferreira Fernandes
Sandra Helena Francelina Vieira
Sélia Maria Lima
Sérgio Douglas Bezerra Martins
Silene da Luz Novaes
Silene Tereza da Silva
Silvia Karla de Souza Silva
Suelma Cristina Bernardo Da Silva
Suely Maria Barbosa
Tania Maria da Silva
Thalita Gabrielle N. Silva
Vanielle Cristina Dourado Borba
Vera Lucia de Sousa Carvalho
Verônica Cristina de Albuquerque Silva
Verônica de Barros Gomes Costa
Verônica Maria Toscano de Melo
Vilma Cavalcante Cordeiro Barbosa
Virginia Cleide Nunes Marques

LÍNGUA INGLESA

Abeval Soares do Nascimento
Adina Pereira de Lima Silva

Adna Rolim Silva
Adriana Mirtes Melo Moura

Albanise Bezerra de Oliveira Santos
Alexandre Lucas da Silva
Ana Clara Alves dos Santos Vasconcelos
Ana Cláudia dos Anjos
Ana Paula de Sousa
Ana Virgínia Silva de Souza Coutinho
Andrea Karina Nascimento de Miranda
Andrea Karlla de Souza Gomes
Andrezza Ferreira de Souza
Ângela Maria dos Santos
Antônio Marcos de Sales
Carla Mary dos Santos Barros
Carla Zaíra Martins de Mélo Siqueira
Carlos Henrique de Oliveira Lopes
Carlos José da Silva
Cícera Maria de Araújo
Cícera Maria Freire Cavalcanti
Cizeleide Inácio da Silva
Cledmma Maria S. M. D. de Moraes
Danuza Kryshna da Costa Lima
Dayse Manuela da Silva
Deborah A Barros Leal
Deise Alves Diniz
Délvia Cristine Araújo dos Santos
Dimison Cesar Vieira Gomes
Dvanete Nunes Barros
Ecia Mônica Leite de Lima Freitas
Edjane Silva de Lima
Edvânia Lúcia da Silva Freire
Eliane da Silva Brito
Ellen Cristina Carneiro
Emanuela Joana S. Souza
Erica Rosangela de Lima Pereira
Ervaides Icelda Rodrigues de Santana
Ezequias Felix de Andrade
Fabiano Severino Monteiro
Flávia de Souza
Franciane Maria Amaral N M Dias
Geórgia Virgínia Lins de oliveira
Gilvano Vasconcelos Neves Pereira
Gisélia Coelho de Castro e Souza
Glauce Lins da Silveira
Heldelene Pereira Rocha Cavalcanti
Heusa Renilde dos Santos Oliveira
Hugo Henrique Pessôa da Silva
Humberta Lucena de Alencastro
Indira de Alencar Araújo
Jamerson Kleber F da Silva
Joelma Paixão de Lima
José Marcelo Saraiva Rufino
José Wilton de Menezes Alves
Josean Santos Ferreira
Josefa da Conceição Marques
Josefa Ivone de Lima
Joseilton Cavalcanti Ferreira
Joselma Paixão de Lima
Josué Gomes
Josué Matias Hilário
Jussiara Maria da Silva Tôrres
Kalmarcos Emanuel Xavier
Karina Costa Lima
Karolaine Xavier de Amorim
Kelly Pereira de Sá Rodrigues
Késia Girlane Santos de Medeiros
Lanirtson Agra Barbalho
Laudicéia de Souza Torres
Lucas de Almeida Cordeiro
Luciana Maria Mendes de Oliveira
Luciana Onofre Silva
Luciano José Pereira

Lucicleide Marinho da Silva
Lucineia Maria Carneiro da Silva Palha
Magali Silva Duarte
Manoel Lopes da Silva Júnior
Manoel Lopes da Silva Júnior
Márcia Candido dos Santos Lima
Márcia Telma Pereira da Silva
Marcílio Bastos Gomes
Maria Andréa Gonçalves de Oliveira
Maria Betania Coelho Soares de Souza
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu
Maria Betânia da Silva Torres
Maria Cristina Xavier
Maria das Graças da Silva
Maria de Lourdes Souza Nunes Silva
Maria do Carmo Cavalcanti
Maria do Socorro Lira
Maria Fabrícia Bomfim da Silva
Maria Helena Lopes de Souza
Maria Isabel B. da Silva Correia
Maria Jane Claudia da Silva
Maria José dos Santos Costa
Maria Juscilene da Silva Delmondes
Maria Lucélia Bezerra Alves
Maria Zoraide Alves de Moura
Marileide Guedes Justino

Marina Soares de Albuquerque C Silva
Mauriceia Helena de Almeida
Maykon Fernando da Silva Almeida
Miguel Orlando Justino da Silva
Monique Mendes de Lima
Natelma Veras Cristovão
Nilma Karlla Cavalcante de Siqueira
Paulo Rodrigo Pereira da Silva
Priscila Magda Gonçalves Anselmo
Rita Márcia Lima Braz
Roberta Maria da Silva Muniz
Rosyelly de Araújo Cavalcante
Rubia Simone de Almeida
Ruthy Freitas Silva
Sandra Valéria de Arruda Santos
Selma Valentim de Lima
Silvânia Irene de Oliveira
Silvia Leon Ramos Martins
Simone Regina de Moura Borba Queiroz
Sofia Homem de Mello Faria
Suênia Cordeiro Valério
Valdenes Cícero da Silva
Valdete Nunes Xavier
Vanusia Guilherme da S Figueiredo
Vanusia Guilherme da S Figueiredo
Vilma Lucia Pereira Silva da Cruz
Yammy Shirley C. L. da Silva

MATEMÁTICA

Adalberto Teles Marques
Adélio Severino da Silva Junior
Adriana Alves Gondim Pereira
Ailton Gomes da Silva
Alberlins Celestino de Santana

Aleone Sandra Pereira da Silva
Alexandre Medeiros da Silva
Aluisio Miguel de Oliveira
Álvaro Jorge de Assis Bezerra
Amanda Cristina Lourenço da Silva

Ana Amara da Silva
Ana Carolina de Souza Assis
Ana Lúcia Costa Arteiro
Ana Paula Batista Alexandre Silva
Ana Paula Bezerra da Silva
Ana Rosemary Pereira Leite
Anderson Avelino Oliveira Sousa
Anderson Douglas Ferreira da Silva
Anderson Irineu Soares Silva
Anderson Marcolino de Santana
Anderson Renê Alves da Rocha
Andrezza Vicência Rodrigues Sacramento
Antonia Luzimar de Brito Vieira Torres
Aparecida Elzita Pereira dos Anjos
Aparecida Sobral Pereira Félix
Audenice dos Santos Rodrigues
Azenilda S. Araújo
Bethania Souza de Oliveira Silva
Bruno Simões C. Guimarães
Carlos Wilson Pimentel de Lacerda
Celia Maria da Silva Oliveira
Célia Maria da Silva Oliveira
Cibele Vanessa Pereira Figueiredo
Cícera Aline Justino Bezerra
Cícero Vicente de Sena Junior
Claudemir José Gomes da Silva
Cláudia Danielle da Silva Oliveira
Daiane da Silva Tavares
Danniella Patrícia Araújo de Almeida
Dênis de Andrade Santos Cruz
Deuzimar Machado Barroso
Diana Lúcia G. de Lira
Diego José da Silva
Drayton José da Costa
Eber Alberto de França C. e Silva
Edinaldo Daniel da Silva
Elba Poliana Cavalcanti Claudino
Eliana Nogueira Brito Saturnino
Eliane Vieira Galindo
Emanuela Maria dos Satnos
Enilson de Almeida Lima
Erinalva da Silva Bezerra
Ernandes Felix da Silva
Espedito Fidelis de Araújo
Eudes de Andrade Lima
Fabiana dos Santos Faria
Flaveliny Costa da Silva Almeida
Francemary Deyse dos Santos Lima
Francisco Cláudio Batista Ferreira
Francisco de Assis de Souza
Gemima Antonia de Oliveira Dias
Genilson Bezerra da Silva
Genival Gomes de França
George Marcelino Silva
Geraldo Alves da Silva
Gilberto Rodrigues da Silva
Gilson Alves da Silva
Gilvani Marques Pereira
Girlene Pereira da Conceição
Hélio Inácio dos Santos
Hilda Soares de Oliveira
Iarineide Silva Santos Rezende
Inaly Maria da S. Lima
Iraquitán Secundino da Silva
Ítalo Moraes de melo Gusmão
Ivana Maria Ramos Borges Beserra
Izaias de Barros Torres
Izamara Rafaela Ramos
Jacqueline Feitosa
Jailton de Araújo Maciel

Janilton Mendes dos Santos
Jannina Alves de Brito
Jaqueline Genuíno da Silva
Jemima Valentim da S. Belarmino
Jennifer Pereira Freitas da Silva
Joelma Maria Gomes da Silva
Joelsa Melo de Almeida
Joffre Cavalcanti de Albuquerque
Jonas Bertino de Paula
José Cristiano da Silva
José Dionísio de Araújo Junior
José Edivan Braz Santana
José Felix da Silva
José Fernando Barbosa dos Santos
José Luciano Omena de Freitas
José Ricardo Machado Castro
José Robson de Araújo
Joseane Michele Melo Moreira
Josefa Adeilda Batista de Araújo Lopes
Josefa Zeneide de Torres Santos Bezerra
Josilane Maria Gonçalves de Souza
Jucele Carvalho Viana de Santana
Kátia Adriana de Lima Ferraz
Keuma Rejane Brasil Gomes
Leandro Rafael Cunha de Oliveira
Lenilson Felix de Santana
Lígia Vasconcelos de Santana
Lucélia de Sá Vital Carvalho
Luciana da Silva Máximo
Luciana Holanda Gomes
Madalena Maria da Silva
Manoel Marcos de Souza Rafael
Marcela Maria A. Teixeira da Silva
Márcia Rodrigues Belarmino
Marcos Cândido de Andrade
Marcos José da Silva
Maria Alice Vaz França
Maria Augusta Kallene Ferreira
Maria Cilene da Silva
Maria Claudineide N. O. de Sá
Maria das Graças Jacome Vieira
Maria de Fátima Almeida
Maria de Jesus dos Santos Santana
Maria de Jesus Gomes da Cunha
Maria de Lourdes Alves de Queiroz
Maria do Socorro de Sá Tavares
Maria do Socorro Ferreira
Maria Elyara Lima de Oliveira
Maria Emília G. de Melo Nogueira
Maria Florisdete de Menezes Leite
Maria Gorete Lopes de Oliveira
Maria Iraniza de Souza
Maria Josileide da Silva Souza
Maria Luciene da Silva
Maria Madalena Batista B. da Silva
Maria Risoneide Novaes Silva
Maria Socorro Brito de Mendonça
Maria Tereza Justino de Lima
Maria Zivaneide de Carvalho
Marta Michele de Oliveira Lima
Marta Poliana Ferreira dos Santos
Martinele Marinho de França Sales
Mary Feitosa de Lima
Monica Iracy Soares de Moraes
Morelli Soares de Souza Melo
Nadja Cristina Freire de Menezes
Neide Aparecida Rocha Moreira
Pablo Egídio Lisboa da Silva
Pâmela Dayseana Menezes da Silva
Patrícia Moura Pinheiro

Pedro Henrique de Souza Viana
Pedro Manoel de Carvalho Filho
Poliana de Vasconcelos C. Alves
Raynielle Dias Coelho
Renato Duarte Gomes
Ricardo da Silva Farias
Ricardo Felling de L. Gonçalves
Richardson Wilker da Silva Melo
Roberto da Silva
Robson Freitas de Almeida
Robson Soares de Melo
Rochelly de Carvalho Ferreira
Romero Nunes da Silva
Rosa da Silva Gomes Cavalcanti
Rosângela Batista de Carvalho Ramos
Rosanna Jordão Pinto Maranhão
Roseani Maria da Silva
Rosilene da Silva
Rossivando Pereira da Silva
Rozângela Maria dos Santos Maciel
Samuelita de Albuquerque Barbosa

Sandra Mery Acioli Costa
Sarah Alves Campos Pereira
Sergina Maria Xavier Falcão
Sérgio Gomes de Moura
Severina Martins da Silva
Sheila Cristina da Silva
Silvaneide Mendes da Silva Cordeiro
Sílvia Cristina F. da S. Santos
Sônia Maria dos Santos Campos Neves
Stael Mesquita Bandeira
Tania Maria de Almeida
Terezinha de Jesus Ferreira C. Muniz
Thiago Alves Cordeiro
Thiago Soares Menezes Lins
Tilma M. O. Leite Calado
Uildo Bezerra de Almeida
Wagner Felipe Brayner da Silva
Walmir Pires dos Santos Neto
Walter de Sousa Pessoa do Nascimento
Wendel Luiz da S. Santos
Wilma Pessoa de Albuquerque Andrade

CIÊNCIAS

Adeilma Teixeira Amorim
Adolfina Assis Arraes
Adriana Cecília Dantas C. S. dos Santos
Adriana Gilvete F. Cavalcante Negromonte
Adriane Risoneide de Almeida Oliveira
Aguida Cristina de Almeida Calado
Alda Marques de Araújo
Aleandro Heitor da Silva
Aleci Calixto Pereira
Alessandra Maria Gomes de Souza Silva
Alessandra Maria Pereira Martins da Silva
Alexsandro Ivanildo da Silva

Álvaro Diangelles Pereira Florentino
Ana Cláudia C. Vasconcelos
Ana Cristina Barbosa de Souza
Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto
Ana Lucia Leite Cavalcanti de Gois
Ana Maria Soares Silva
Ana Paula da Silva Cajueiro
Ana Paula de Almeida Magalhães
Ana Paula S. G. Santos
Ana Regina Sant'Ana de Oliveira Ferraz
Andrea Cristina Costa do Prado
Andrea Ferreira de Barros

Andrea Patrícia Alves
Andrea Viviane B. da Cunha e Silva
Andreza Estefany da Silva Oliveira
Anne Damiana Araújo Vieira
Arthur Vinicius de O. Marrocos de Melo
Carlos Eduardo da Costa Vieira
Catiana Cavalcante de Barros Silva
Cícera Pereira da Costa Ferraz
Cláudia Maria de Santana Melo
Cleiton Cunha Nascimento
Climeria Beserra Ramalho
Cristineide Teixeira Jorge
Daniel Silva Santos
Débora Ithamar dos Santos Silva
Deilde dos S. S. Higino
Edivaldo Ferreira da Silva
Edna de Almeida Alves
Eliane Carmina de Souza Ferraz
Eliane Fernandes da Gama Dourado
Eliane Ribeiro de O. Lopes
Eliane Romão de Araújo
Elisângela da Silva Araújo Carvalho
Elissandra Ferreira da Gama
Elizabeth Pereira de Medeiros
Fabiana Matias Barreto
Fabricio Barbosa de Aguiar
Felipe de Sousa Ferreira
Filipe Henrique Cabral de Albuquerque
Franciadeline de Souza Oliveira
Gemima Manço de Melo
Geovanna Layme Barretto Lins
Getúlio José de Carvalho Júnior
Gilliard Silva de Assunção
Gilson Alves do N. Filho
Gilvanio Borba de Andrade
Gislaine Luciano Pereira e Silva
Gislainy Daniella da Silva Rezende
Gislânia Cesária Feliz da Silva Lira
Gorete de Fátima F. A. Almeida
Guilherme de Coimbra Santos
Hildelane Pereira de Moura Silva
Hilma Soares Pereira
Ialle Albuquerque Silva Almeida
Ilka Rejane Barros Melo
Irene Carla Gonçalves
Isa Coelho Pereira
Isaac Moizes da Silva Paiva
Isabel Cristina Jacinto
Isis Borba Barros Bacelar de Andrade
Itamar Justo Lucas
Jaciana Patrícia de Oliveira Silva
Jackeliny Cordeiro Peixoto Brito
Jackson Vinícius José da Silva
João Batista Mariano de Melo
Joelma Aline Pereira dos Santos
José Edmar Rodrigues de Magalhães
José Ednaldo da Silva
José Jefferson de Oliveira Silva
José Leandro da Silva
José Osvaldo Silva Cunha
Josemeri Lira Soares
Joyce Marinho da Silva Patriota
Juciane Andresa de Lima Sousa
Juliana Alaíde de Freitas Chagas
Juliana Maria Cavalcanti Barreto
Jussiclecia Pereira de Alencar
Kaline Melo do Nascimento
Karla Lilian da Silva Carvalho
Kátia Barros Cabral dos Santos
Ledjane Maria Alves Oliveira

Ligia Maria da Silva
Lilian Magda da Silva Alves
Lucélia Maria da Silva Borba
Luci Germana da Silva Barbosa
Luciana Martins das Chagas
Luiz Antonio Vasconcelos Gama
Luzinete Umbelina Torres
Macia Sueli da Silva Espinhara
Magda Oliveira Mangabeira Feitoza
Magda Verônica Alves da Silva
Manuel dos Santos Silva
Manuela Moura Costa de Lima
Márcia Maria de Carvalho
Marcos Alexandre de Melo Barros
Marcos Antonio Coelho Júnior
Maria Aparecida Zilma de Souza
Maria Áurea Sampaio
Maria da Conceição Moreno de Andrade
Maria da Conceição Silva
Maria das Graças Nasario Barbosa
Maria do Socorro Almeida de Moraes
Maria do Socorro de Sá Souza
Maria do Socorro Santos Alcântara
Maria Eliane Cândido de Almeida
Maria Helena Souza P. R. Novaes
Maria Jocedilma Antunes de Oliveira
Maria José Brito Silva Crispim
Maria José de Almeida Anjos
Maria José de Andrade Santos
Maria José de Sales Araújo
Maria Josenilda do N. de Souza
Maria Luzia de N. Souza
Maria Marcia Assunção Oliveira Cordin
Maria Mithiê de Moraes Lopes
Maria Nielista A. Souza C. Lima
Maria Roberta de Carvalho Lima
Maria Rubia Viana de Freitas
Maria Vilani Moraes da Silva Sales
Maria Vilma Saraiva de Aquino
Marly Chaves dos Santos
Natieny dos Santos
Niedja Soares de Lima
Niza Pereira Silva da Fonseca
Pablo José da Cunha Melo
Petrônio Franklin Queiroz de Aragão
Quitéria Emília de Melo Gomes
Rejane Alves de Freitas
Rejane Barbosa da Silva
Renato Alves de Lima
Rita de Cássia Araújo Albuquerque
Rita de Cássia do Nascimento
Rosana Rocha do Nascimento
Rosângela Assunção Gomes
Rosangela Moraes da C. Silva
Roseane Gomes da Silva Nascimento
Rosineide da Costa Soares
Rozana Cláudia dos Santos Silva
Rozeli Joele Maciel Sobral Vicente
Sandra Soares da Luz
Shirley Almeida Calado
Silvana Alves de Souza
Silvana Sandra de Souza
Solânia Fernandes Moreira
Sueli Lundgren Austregésilo
Suellen Tarcyla da Silva Lima
Suzana M. de Castro Lima
Theane Karen Leite Barros Medrado
Umberto Maciel dos Santos
Valter Rodrigues de Almeida
Vanessa Lima de Oliveira

Vanusa Alencar Oliveira

Verônica Alves de Almeida

Vivian Albertins de Souza Azevedo

GEOGRAFIA

Acidália Gomes dos Santos Brito

Alcione Cabral dos Santos

Amália Dias dos Santos

Ana Maria da Silva

Andréa Ferreira de Arruda

Andreia Rodrigues de Souza

Andrêza Nailza de Moraes

Angela Maria Brandão de Lima

Anna Kalina B. C. de Melo

Antonia Carmelita Gomes Martins

Antonio Marcos Coutinho

Artemir Monteiro Lima de Almeida

Avreneide de Souza Xavier

Benedita Ângelo Cordeiro Torres

Betania Cristina Santos de Pina

Carline Gisele Pires de Moura

Carmelita Maria da Siva

Carolina Barbosa da Silva

Célia Maria Alves da Silva

Célia Maria dos Santos C. Andrade

Cicera Maria da Silva Alves

Cícera Quitéria de Oliveira Campos

Claudemar Manoel dos Santos

Cláudia Martins de Oliveira

Claudia Ribeiro

Clébson Costa do Nascimento

Dalma de Carvalho Novaes

Daniel Manoel de Oliveira

Danielly Freire de Oliveira

Débora Conceição Gonçalves dos Santos

Denise Maria Guedes Braga

Edeltrudes Cavalcanti de Melo Silva

Edna Maria dos Santos Duarte

Edymarie Lemos da Silva

Elias Ramos

Elizangela Rosa Daniel Oliveira

Emanuela Moreira Tavares

Emanuelly de Alcântara Passos

Érica Vanessa dos Santos

Ezequiel de Paula da Silva

Fabíola Lins Santos

Francisco Macário Araújo de Souza

Genivaldo Batista de Sobral

Georgos de Assunção Santos

Gerlaene Godói da Selva

Giovana Targino Freire Simão

Girláine Godoi da Silva

Ioneide Damasceno Luz

Iranesse Alves da Costa

Janaína Carla Dornelas Rocha

Janaíne José Alves

Janete Lopes Lacerda

Jaqueline dos Santos Silva

João Dyego da Cunha Amaral

João Euzébio da Silva

João Francisco da Silva

João Tavares Marques Filho

Joaquim Batista Silva Santos

Joara Martins Soares

Jódio Antony de Gusmão

Joelma Melo de Almeida

José Alves Honorato Filho

José Antonio Pacheco Neto
José Inaldo de Amorim
Joseildo Cavalcanti Ferreira
Josué Martins da Silva
Jussara Fitipaldy Gomes Silva
Kevelen Daiane da Silva
Lilian Alves Pereira Queiroz
Liliane Maria Freire de Freitas
Lindhiane Costa de Farias
Lindinalva Ferreira de Queiroz
Lucineide Cícera de Souza
Luiz Carlos Nogueira Botelho
Luiz Wanderson Evangelista Silva
Luzia do Socorro Fonseca
Manoel Gilberto da Silva
Marcia Limeira do Amaral Azevedo
Marconi Rodrigues de Lima
Maria Aparecida Freire de Souza
Maria Betania do Nascimento
Albuquerque
Maria Betânia Ferreira da Silva Santos
Maria Bezerra das Neves
Maria das Dôres Florencio de Araújo Silva
Maria das Graças Silva
Maria do Socorro Liberal Souza
Maria do Socorro Santos Cavalcanti
Maria do Socorro Venancio Silva
Maria Eliane dos Santos Oliveira
Maria Fernandes da Silva
Maria Gizelia Pereira de A. Araújo
Maria Goreti Tavares de Moura
Maria Jaqueline Alves Santos
Maria José Leite Brasileiro
Maria Josilma Soares da Silva
Maria Josimere da Silva
Maria Lourdes da Silva
Maria Luciana da Silva
Maria Luciana Martins Ramos
Maria Regicleide Nunes da Silva
Maria Rita da Silva Oliveira
Maria Tyene Eufrásio de Souza
Maria Virginia Virginia da Fonsêca
Maria Wiljânia de Souza
Marianne Rodrigues dos Santos
Marileide Maria da Silva
Marineide de Sousa Alcântara
Marineide Neves O. Assis
Marizalva Ferreira Tavares Lourenço
Marlene de Oliveira Lucas
Miriã Leyne Anunciada Paixão
Monica de Moraes Leite
Mônica Nayaria Araújo Meneses Vieira
Mosa Maria da Rocha
Nelicleide das Neves Santos de Mélo
Niclecia Sirlei Silva Santos da Costa
Olindina Maria Cruz do Nascimento
Paulo Rodrigues da Silva
Rafaell José de Brito Gomes
Railde Costa Silva
Raul Antonio da Silva
Renato de Menezes Pereira
Rita de Cássia Pessoa de Andrade
Rogilda Jorge Nunes
Ronald dos Anjos Silva
Rosangela Ramalho de Oliveira Alencar
Sandra do Nascimento Amaral
Severina José de Souza Freitas
Severino Flávio Pereira do Nascimento
Silvana Maria Nogueira Leite Cabral
Silvio Leandro Alves da Silva

Solange Marla dos Santos
Suzana Georgia Nobrega Farias Alves
Telma Maria da Silva Barbosa
Ubiratan Luiz Vieira Olímpio
Valdivete Guimarães de Souza
Valma Alaena da Silva

Valter Gomes da Silva
Valter José do Nascimento
Vanderlania Freitas de Siqueira
Verailza Maria Monteiro
Verônica Maria Ramos Silveira
Vicente Natanael Lima Silva
Zenildo da Silva Pereira

HISTÓRIA

Adriano Martins de Oliveira
Alba Valéria de Santana
Alison Fagner de Souza e Silva
Allan Melky de Lima
Almir Santos Araújo
Alvaro de Melo Rodrigues
Amarildo Elias das Chagas
Ana Carla Castanha Ferraz
Ana Cláudia de Melo Santos Oliveira
Ana Patrícia de Almeida Brito
André José do Nascimento
Andreia Magalhães Vieira Andrade
Arilenice Barbosa da Silva
Arley Anderson Alves e Silva
Bárbara Maria Gouveia
Benedita Erivangela Lopes da Silva
Carla Barbosa de Lima
Claudia Maristela Tenório de Almeida
Ferro
Clóvis Ferreira Lima
Danielle Berto de Oliveira Melo Moraes
Dayane Mayara Bezerra de Araújo
Délío Roberto Freire
Diego Ramon de Freitas Neves
Edilene Alves dos Santos
Edinaldo do Nascimento Silva

Elanne Karla Bezerra Correia Cavalcante
Eliete Lopes Delmondes Filgueira
Elineide de Arruda Carvalho
Enoque Estevão Gomes
Eridiane Évellin da Silva Lemos Oliveira
Ezir George Silva
Fabiana Christina Couto Barreto de Souza
Fabiana Ferreira
Fábio Carmo dos Santos
Felipe Santos de Lima
Fernanda de Araújo Oliveira
Fernanda Moura dos Santos
Flávia Cordeiro dos Santos
Franciela Quesado Lopes
Francineide Maria de Oliveira
Francisco Ferreira Santana
Gilfrance Rosa da Silva
Givaneide Dionisio Roque
Givanildo Pedro de Lima
Glaucia Maria Lopes Gouveia
Henry Pereira da Silva
Inácio de Loiola da Silva
Ingrid Samiro
Iraci Pereira de Goés
Itamar Glaucio Gomes de Souza
Itamar Reis da Silva

Ivanira Maria da Conceição
Ivanize Giulyane Minervino Ferreira
Ivonete Azevedo Ferreira
Jaciera Lourenço Teixeira
Jair Gomes Santana
Jakline Rodrigues Vasconcelos
James Davidson Barboza de Lima
Jamille Barbosa de Moraes
Jara de Lima Alencar
Jerlandia Soares Leal
João Paulo de Lemos
João Tadeu dos Santos
Joelma Maria Raimundo Farias
Joelma Santana do Nascimento
José Ademilton Marinho da Silva
José Claudemiro Vilaça de Lima
José Renato da Silva Feitosa
José Ricardo de Sá Barbosa
José Walter Soares de Oliveira
Josebias José dos Santos
Josefa Geny Pereira Dantas
Josevania Rodrigues Bezerra da Silva
Jucilene Ramos dos Santos
Jucilene Rodrigues Silva
Karla Bárbara Silva de Albuquerque
Kátia Maria Batista da Silva
Katiana Cristina da Silva Gomes
Kerlianny Bezerra da Silva
Kleber Menezes da Silva
Laudenice Maria Silva Santos
Luciene Lopes dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves de Lima
Manoel Luís da Silva Neto
Márcia Maria Alves e Silva
Marco Aurélio Gomes de Souza
Marcos Aurélio Dornelas da Silva
Maria Alcione da Silva Santos
Maria Angélica da Silva Trovão
Maria Aparecida Barbosa
Maria Aparecida Martins
Maria Aparecida Pereira Alves
Maria da Conceição de Souza Cruz
Maria da Glória Felix de Santana Xavier
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Soares dos Santos
Maria de Lourdes Ferrão Castelo Branco
Maria do Carmo da Silva
Maria do Carmo dos Santos Rabelo
Maria Edivania Moraes de Souza
Maria Freire da Silva
Maria Goretty Barbosa de Melo
Maria Ivaneide da Silva
Maria Izabel Silva Costa
Maria José dos Santos
Maria José Fideles do Nascimento Silva
Maria José Gomes
Maria José Martins de Queiroz Santos
Maria José Nunes Figuerêdo Silva
Maria Jucicleide Rodrigues Wanderley
Maria Madalena Neta Soares
Maria Neide Bezerra Gondim da Silva
Maria Neuricéia Alves de Mariz
Maria Neuzete dos Santos
Maria Santos Saraiva Barbosa
Maria Sueli Matias da Silva Araújo
Marelça Balbino Cunha de Moraes e Silva
Marivalda Ferreira de Souza
Mariza Branquinho Silva
Martleusa Raimunda da Silva
Mikaele Cristina Marques de Souza

Moacir Freira da Silva
Morôni Laurindo do Nascimento
Natália Kécia Vieira Landim Oliveira
Norma Ferreira Zendron
Pedro Henrique Torquato
Quitéria Chalegre dos Santos Silva
Reginaldo Gomes Salvino
Reginaldo Seixas Fonteves
Ricardo Chaves Lima
Ricardo Domingos da Silva
Ricardo Francisco de Araújo
Rivoneide da Silva Nascimento
Roberto Laurentino de Souza
Rodolfo Barreto de Lima
Romário de Andrade Silva
Romilda da Silva Dória
Rosenilda Nunes da Silva
Rosilene Maria da Silva

Rosimere Nascimento Silva
Sandra Maria da Silva Tenório
Sandra Maria de Silva Araújo
Sandra Santana Freira
Serusa Vidal de Negreiros
Sheila Mayara Ribeiro do Carmo
Sílvia Souza Santos
Sônia Maria Pereira de Lima
Suzete Sueli Pinheiro Campelo
Thereza Cristina Sales Faria
Valdirene Alves dos Santos
Vandivaldo da Costa Piancó
Vera Cheila Lima Nogueira
Vilmar Antônio Carvalho
Waldilma Batista de Santana
Zeranilda C. B. da Costa
Zirneide Correia Aprigio
Zoraylda Maria Carneiro de Almeida

ENSINO RELIGIOSO

Adriana Alvim Vaz
Adriana Patrícia de Oliveira
Alan Bruno Félix de Souza
Aldenice de Souza Araújo
Allan William de França Silva
Amanda Leitão de Mélo Peixoto
Amanda Pimentel Pereira de Carvalho
Ana Cristina de Asevedo Lima Pires
Ana Karla Pereira Andrade Silva
Ana Márcia Sousa Ribeiro
Ana Nery Marques Santana
Ana Paula do Amaral
Andréia Pollyanna dos Santos Calado
Ângela Monteiro Cavalcanti
Antônio Giovanio de Carvalho

Antônio Manuel da Silva Júnior
Cacilda Freire Novaes Bezerra
Carla Rogéria Rosa Ferraz
Carlos Alberto Oliveira da Silva
Carlos Fred da Silva
Cássia Simone Souza C Lima
Cleilson Gomes da Silva
Cleonildes Cordeiro da Silva
Débora Maria Bezerra Gonçalves
Delzuita Campos Dias
Denice Barreto Gomes
Denise Maria da Silva
Diana Maria do Nascimento
Diana Maria do Nascimento
Diogenes de Araújo Ramos

Diogo Pereira de Lucena
Dione Maria dos Santos
Dulcinéia Alves Silva Ribeiro
Edilton da Silva
Edna Maria da Costa Amorim
Ednaldo Francisco Leão da Silva
Ednário Lopes de Oliveira
Elaine Pereira Lopes da Veiga
Elisabete Ramos Magalhães
Elizante Lopes de Araújo Tenório
Ellen Jaqueline Muniz Pessoa
Eva da Fonseca Dourado
Evandro Alvares de Lira
Evaneide Gomes de Sá Silva
Fabiana Casé Malaquias Pontes
Fábio Aليxandre Camelo de Lima
Fabíola Marinho Baralho
Francisco Adãomilson Coelho Souza
Gilvaneide Maria Serafim Ferreira
Glória de Souza Silva
Irailda Leandro da Silva
Ivana Carla Soares Pereira
Ivanice Trajano da Silva
Janete Pereira da Silva
Jéfferson Iran de Souza Lima
Jéssica Dayane Eufrásio de Luna
Joana D'arc Bento
José Adriano da Silva
Joseane da Cruz Cardoso do Nascimento
Josefa Pereira da Rocha Paiva
Josefa Rosilane da Silva Xavier
Joselita Alves da Silva
Josenildo Henrique da Silva
Jucileide de A Leite
Jucimeire Gonçalves Feitosa Félix
Juliana Alves Pereira
Leidilma Santos de Oliveira
Leiliane Pereira da Silva
Lúcia de Fátima Honório da Silva
Lucijane Athayde Fonseca
Márcia Barcelos de Oliveira
Márcia Marques de Souza
Marcos Alessandro de Oliveira Galindo
Maria Aparecida Alves da Costa Oliveira
Maria Aparecida da Silva
Maria Auxiliadora dos Santos Souza
Maria Betânia de Oliveira
Maria Cristina do N S Brandão
Maria da Natividade Freitas Silva
Maria Dalvani Soares da Silva
Maria de Lourdes Leonel da Silva
Maria do Carmo Amaral Pereira
Maria Dolores Ribeiro de Sousa
Maria Izabel Costa Moreira
Maria José da Silva
Maria José Onorato de Melo Araújo
Maria Josévania de A Proxedes
Maria Simone Xavier Santos
Marinês Faustino dos Santos
Marliete Maria de Sousa
Mavíael Maciel da Silva
Milca Cruz Lima
Mônica Adriana Melo França
Oliveira Miguel Antônio de Souza Júnior
Paulo Jorge da Silva
Paulo Manuel Lins
Rejamaría da Mota
Risonete Bezerra Martins
Rosa Maria de Souza Leal Santos
Rosangela Rodrigues de Souza

Roseane Maria Cavalcanti de Almeida
Roseane Ribeiro de Lima
Rosemary Leite de Freitas Almeida
Rosiane Helena da Mata
Rosilene Melânia da Silva
Rosinete Teodora de Lima Santana
Samuel do Nascimento Pereira
Sandra Aparecida Vasconcelos
Soraya de Omena Silva
Soraya Lúcio Silvestre e Silva
Suely de França Silva Albuquerque
Valquíria de Lima Ramos dos Santos
Vandeilson da Silva Santos
Vanuzia Pereira de Macedo Machado
Vera Lúcia dos Santos
Vilma Maria Crispim da Silva
Yeda Luis de Sousa Pereira de Lima

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

PERNAMBUCO